

## LICENCIATURAS

Retração na procura e na oferta de cursos de licenciaturas tem impactos na opção pelo exercício da docência

17

## MEDICINA

Para especialistas, Programa Mais Médicos denota a falta de uma política de Saúde e fragiliza bases do SUS

28

## REPRESENTAÇÃO

Apesar do clima de mobilização popular que impera no país, movimento sindical enfrenta dificuldades

36

## CÂMERAS NAS ESCOLAS

A vigilância eletrônica é ineficaz como estratégia para enfrentar a violência e a intolerância no ambiente escolar, que é um campo propício à produção de autonomia e superação de conflitos

22

# REVISTA textual

OUTUBRO 2013 | VOL 2 | Nº 18

ISSN 1677-9126

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL • SINPRO/RS

## Comida que não alimenta

Sobrepeso e obesidade atingem a população de todas as idades em nível global, consequências da superalimentação à base de industrializados | 4



**Textual / Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.**

v.2, n. 18 (out./2013). – Porto Alegre: Sinpro/RS, 2013.

v.: 22x26 cm

Semestral

ISSN 1677-9126

11. Educação-periódicos 2. Ensino privado-periódicos I.

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CDU: 37(05)

Bibliotecária responsável: Melissa Martins CRB10/1380

Indexada ao CIBEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

**SINPRO/RS**  
*Sindicato Cidadão***Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul**

**Fundado em maio de 1938**, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS – foi o primeiro sindicato de professores do Estado. Pioneiro em adotar o conceito Sindicato Cidadão, no início dos anos 90 passou a atuar sob o trinômio Luta, Serviço e Cidadania. No mesmo período, adotou o Sistema de Direção Colegiada. O Sinpro/RS representa mais de 30 mil professores do ensino privado gaúcho, atuantes em 2 mil instituições de ensino.

Entre as principais conquistas estão: piso salarial, adicional por tempo de serviço, adicional por aprimoramento acadêmico, pagamento de horas extras, plano de saúde e estabilidade do aposentando – cláusulas normatizadas anualmente pela Convenção Coletiva de Trabalho. Além de apoiar diversas iniciativas culturais, o Sinpro/RS também se destaca pela publicação do jornal Extra Classe (27 prêmios de jornalismo); pelo portal [www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br); pelo Prêmio Educação RS; pelo Núcleo de Planos de Carreira (NPC); pelo Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP); e pela Revista Textual.

**Direção Colegiada Estadual** | Amarildo Pedro Cenci, Cecília Maria Martins Farias, Cássio Filipe Galvão Bessa, Angelo Estevão Prando, Marcos Julio Fuhr, Sani Belfer Cardon, Celso Floriano Stefanoski, Glória Celeste Pires Bittencourt, João Luiz Stein Steinbach, Luiz Afonso Montini, Carlos Ricardo Pires Rossa, Suzana de Paula Rosa. **Conselho Fiscal** (Titulares) | Paulo Renato Thiele. (Suplentes) | Rejani Maria Friedrich, Jairo Luis Cândido, Antônio Luiz Pinheiro. **Regional Passo Fundo** | Renata Oliveira Cerutti, Carlos Adriani Lara Schaeffer, Claudia Freires da Silva. **Regional**

**Bagé** | Cármen Regina Schmidt Barbosa, Fernando Pereira de Menezes, Denise Oliveira da Costa. **Regional Pelotas** | Luiz Otávio Pinhatti, João Gilberto Mattos Giusti, Marcos Kammer. **Regional Santa Cruz do Sul** | Flávio Miguel Henn, Susana Margarita Speroni, Adriane Konzen, Carlos Daniel Schumacher da Rosa. **Regional Uruguaiana** | João Batista de Barros Minuzzi, Maria Lúcia Iserhard Schlittler. **Regional São Leopoldo** | Enécio da Silva, Otavio Afonso Forneck, André Lopes Portella, Fernando Luiz de Jesus Motta. **Regional Santo Ângelo** | Odir Francisco Dill Ruckhaber,

Ana Maria Grenzel Person, Carmem Anita Hoffmann. **Regional Santa Rosa** | Naima Marmitt Wadi, Carla Simone Sperling, Hedi Maria Luft. **Regional Lajeado** | Justina Inês Faccini Lied, Claudio Darci Gressler. **Regional Santa Maria** | Maria Lúcia Coelho Corrêa, Anahy Silveira Freitas Azambuja de Oliveira. **Regional Rio Grande** | Ivo Lamar de Souza Mota, Divino Fernando da Costa Lessa. **Regional Erechim** | Alcione Roberto Roani, Alexandra Ferronato Beatrice. **Regional Bento Gonçalves** | Márcia Anita Rossatto Marini, Magda Maria Colao.

**expediente**

A **Revista Textual** é uma publicação do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS. Avenida João Pessoa, 919 – Porto Alegre / RS – CEP 90.040-000. Fones: (51) 4009.2900 – (51) 4009.2980. [www.sinprors.org.br/textual](http://www.sinprors.org.br/textual) – [textual@sinprors.org.br](mailto:textual@sinprors.org.br). **Impressão** | Gráfica Pallotti. **Tiragem** | 3 mil exemplares. **Coordenação Geral** | Valéria Ochôa | [valeria.ochoa@sinprors.org.br](mailto:valeria.ochoa@sinprors.org.br). **Edição Executiva** | Gilson Camargo | [gilson.camargo@sinprors.org.br](mailto:gilson.camargo@sinprors.org.br). **Conselho Editorial** | Carlos Pires Rossa, Gilberto Ludwig, Hedi Maria Luft, Ieda Camargo, José Baldissera, Larry Antonio Wizniesky, Marcos Julio Fuhr, Sirlei Teresinha Gedoz, Susana Margarita Speroni. **Revisão** | Matheus Tussi. **Fotografia** | Igor Sperotto e arquivo de imagens do Sinpro/RS. **Ilustração** | Eduardo Oliveira. **Projeto Gráfico, Edição Gráfica e Editoração** | Rogério Nolasco Souza.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

# sumário



## ensaios

A obesidade sob o enfoque das mudanças do sistema alimentar 4

Futebol e cultura no Brasil: entre mercado e sociabilidade 12

## artigo | o professor e o mundo da escola

As crises das licenciaturas e a perspectiva da falta de professores 17

Novos movimentos sociais e os desafios à representação política e sindical 36

## artigos | dinâmica do meio educacional

As câmeras nos protegem de quê? 22

Importação de médicos: band-aid para fratura exposta 28

O combate à obesidade passa pelo acesso à informação sobre os alimentos e controle público da mídia.

# editorial

## Consequências da má alimentação

Estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que, até o ano de 2030, mais da metade da população do planeta terá problemas de saúde decorrentes da superalimentação. Serão 2,1 bilhões de pessoas com excesso de peso e mais de 1,1 bilhão de obesos. O excesso de peso atinge uma parcela igualmente significativa da população brasileira, em especial, as crianças. De 1975 a 2009, a incidência de obesidade entre as mulheres cresceu de 8% para 16,9% e, entre os homens, de 2,8% para 15,4%. De 2003 a 2009, a obesidade quadruplicou entre os meninos de até cinco anos, atingindo 16,6%, e quintuplicou entre as meninas, passando para 11,2%. Quinta causa de morte em nível mundial, a pandemia da obesidade causa doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes e câncer, além de estigma social, baixa autoestima e depressão. Esse é o quadro evocado pelo ensaio de capa desta edição, que analisa as causas e consequências dessa transição alimentar e aborda políticas para a redução da obesidade e do sobrepeso.

Indissociável em tempos de Copa do Mundo, o trínômio futebol, mercado e poder é tema de ensaio que relaciona os usos sociais desse esporte na cultura brasileira às suas lógicas simbólicas de pertencimento, identidade e poder.

Na editoria *O professor e o mundo da escola*, a relação entre oferta e procura pelos cursos de licenciaturas e a perspectiva da falta de professores; e uma análise sobre os movimentos sociais e os novos desafios colocados à representação política e sindical. A ineficiência da vigilância por meio de câmeras em salas de aula e a polêmica estabelecida pela importação de médicos estrangeiros numa perspectiva dos cursos de medicina compõem a editoria *Dinâmica do meio educacional*.

\*\*\*

A 18ª edição da Revista Textual coincide com a extensão desse projeto editorial para o formato livro, com o lançamento de *Sob a espada de Dâmoques: relação dos professores com a docência e ambiente de trabalho no ensino privado* (Carta Editora, 240 p.), uma coletânea dos artigos publicados na editoria *O professor e o mundo da escola* nas primeiras 17 edições da revista.

Boa leitura!



# ensaio

**Raquel Canuto**

Nutricionista, mestre em saúde coletiva e doutora em endocrinologia. Professora da Unisinos e da UCS.

Diversos estudos mostram a relação entre dietas ocidentalizadas e ganho excessivo de peso e suas consequências.

## A obesidade sob o enfoque das mudanças do sistema alimentar

**Palavras-chave:** Alimentação. Sistema Alimentar. Políticas públicas.

### Resumo

O combate da obesidade é um dos mais desafiadores problemas de saúde enfrentados na atualidade. Assim, este ensaio discute o problema da obesidade e as suas consequências à saúde sob o viés da transição nutricional, abordando as principais mudanças ocorridas na dieta e na forma de produção e comercialização dos alimentos no Brasil e em outros países em desenvolvimento. Além disso, discorre-se sobre as principais medidas globais para o seu enfrentamento no âmbito das políticas públicas.

A Organização Mundial da Saúde estima que até 2030 existam mais de 2,1 bilhões de pessoas com excesso de peso e mais de 1,1 bilhão de obesos no mundo, ou seja, 50% a 60% da população em muitos países será classificada como obesa. No Brasil, pesquisas com representatividade nacional, realizadas periodicamente desde meados da década de 1970, revelam igualmente um aumento substancial da frequência de excesso de peso. Entre os anos de 1975 e 2009, a ocorrência de obesidade entre as mulheres brasileiras cresceu de 8% para 16,9%. Já entre os homens, houve maior aumento, passando de 2,8% para 15,4%. Entre as crianças de até cinco anos, o

quadro é ainda mais alarmante: a prevalência de obesidade, que se mostrava estável até o ano de 2003, teve um aumento de quatro vezes entre os meninos, passando para 16,6% em 2009, e de cinco vezes entre as meninas, passando para 11,2% no mesmo ano.

A obesidade é a quinta causa de morte no mundo, sendo responsável por, pelo menos, 2,8 milhões de mortes de adultos por ano. São incomensuráveis os custos sociais e econômicos da obesidade, especialmente tendo em conta os níveis elevados de obesidade infantil global e a crescente obesidade nos países em desenvolvimento. A obesidade tem consequências na saúde física e mental, além de



trazer consequências funcionais rapidamente. As principais implicações à saúde física são as doenças cardiovasculares, a hipertensão, a diabetes e o câncer. Já na esfera psíquica, a obesidade leva ao estigma social, à baixa autoestima e à depressão. Além disso, a obesidade, em alguns casos extremos, diminui a produtividade, aumenta o absenteísmo e leva ao desemprego.

Mas, a pandemia da obesidade não é um fenômeno isolado. A urbanização e, principalmente, o rápido avanço tecnológico têm levado a modificações no perfil epidemiológico e no processo saúde-doença nas diversas populações mundiais. Os pesquisadores das áreas da economia, estatística e saúde têm explicado tais mudanças usando os conceitos de transição demográfica, epidemiológica e nutricional.

De forma simplificada, a transição demográfica é caracterizada pelo aumento da expectativa de vida da população com a concomitante redução nas taxas de fecundidade, culminando com a paulatina perda

de representatividade das crianças e dos jovens na população total e com a progressiva elevação do peso relativo de adultos e, sobretudo, de idosos. Esse fenômeno já é bem conhecido nos países europeus, como a Itália, que vê a sua população envelhecendo e sente a falta dos jovens no mercado de trabalho. No Brasil, esse processo é relativamente recente, mas avança a passos largos. Em 1981, havia seis idosos para cada 12 crianças de até cinco anos; já em 2004, essa proporção passou a seis idosos para cada cinco crianças. Ao mesmo tempo, a taxa de fecundidade das brasileiras equipara-se a das mulheres europeias, passando de 6,2 filhos por mulher em idade fértil em 1940 para 1,9 em 2010. Além disso, a expectativa de vida ao nascer do brasileiro, atualmente, é de 74,5 anos, valor que era esperado apenas para o ano de 2025.

Como causa e consequência da transição demográfica, a transição epidemiológica é a passagem do amplo predomínio das doenças

infecciosas, parasitárias e carenciais para um modelo caracterizado pela alta prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como obesidade, diabetes e hipertensão. Alguns dados de mortalidade exemplificam bem essa transição no Brasil: em 2007, até 72% das mortes no Brasil foram atribuídas às DCNTs (doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, diabetes, câncer e outras, inclusive doenças renais), 10%, às doenças infecciosas e parasitárias, e 5%, aos distúrbios de saúde materno-infantis. Essa distribuição contrasta com a de 1930, quando as doenças infecciosas respondiam por 46% das mortes nas capitais brasileiras. Essa transição tornou-se possível devido a uma série de mudanças ocorridas simultaneamente, que aumentaram a expectativa de vida das pessoas, como o aumento da tecnologia médica, a cura de muitas doenças infecciosas, a melhoria do saneamento e o acesso ao serviço de saúde. Afinal, as DCNTs, geralmente, acometem os indivíduos no avançar da idade.

Por fim, “transição nutricional” foi um conceito introduzido na década de 1990 pelo economista americano Barry Popkin, **um dos maiores teóricos** das mudanças alimentares ocorridas em todo o mundo. O termo refere-se às mudanças alimentares e nutricionais que os países enfrentaram nas últimas décadas (os desenvolvidos em primeiro lugar e, mais recentemente, os de média e pequena economia). O problema da fome, representado pela desnutrição, vem sendo gradativamente substituído pelos altos níveis de excesso de peso e obesidade, gerados pela superalimentação e pela baixa qualidade nutricional dos alimentos industrializados.

No quadro teórico proposto por Popkin (2012), o principal gatilho para a transição nutricional é o crescimento econômico, que leva, quase sempre, ao avanço tecnológico. A tecnologia, por sua vez, muda os sistemas de produção de alimentos, desde a agricultura até a comercialização. Isso é prejudicial para a qualidade nutricional dos alimentos por duas razões: 1) os sistemas de produção tradicional são dizimados, de forma que perde-se, assim, grande parte da alimentação tradicional; 2) os alimentos beneficiados produzidos são de baixíssima qualidade nutricional. Juntando isso ao aumento do comportamento sedentário dos indivíduos, também decorrente dos avanços tecnológicos, teríamos a explicação macroeconômica para o ganho excessivo de peso da população mundial.

A partir desse cenário, este ensaio pretende discutir o problema da obesidade e as suas consequências à saúde sob o viés da transição nutricional, abordando as principais mudanças ocorridas na dieta e na forma de produção e comercialização dos alimentos no Brasil e em outros países em desenvolvimento, além de discorrer sobre as principais medidas globais para o enfrentamento da obesidade na agenda governamental.

### **A mudança nos padrões alimentares**

De um modo geral, as diferentes populações no mundo estão abandonando suas alimentações tradicionais, que, independente-



mente do país, eram baseadas em refeições completas ricas em grãos pouco refinados (milho, arroz, aveia, centeio), leguminosas (feijões, ervilhas, grão-de-bico) e vegetais. Em troca disso, adere-se a um maior consumo de uma dieta denominada “Western”, um padrão alimentar ocidentalizado composto, principalmente, por alimentos de origem animal (carnes processadas, laticínios, ovos), alimentos fritos, industrializados e enriquecidos em açúcar (comidas e bebidas). Diversos estudos em todo o mundo têm ligado o consumo de dietas ocidentalizadas ao ganho excessivo de peso e suas consequências.

Para exemplificar como essas mudanças alimentares agem no aumento da obesidade, pode-se citar o aumento de bebidas doces e de snacks. O consumo de bebidas doces, como refrigerantes, sucos, cerveja, sucos de soja, aumentaram em até 17% o consumo energético total diário. Outro hábito alimentar nada saudável, característico da alimentação moderna, é a substituição de refeições pelos chamados snacks. O grupo dos snacks é formado por salgados, salgadinhos, pizzas, bebidas industrializadas, biscoitos, doces em geral etc. O problema de substituir refeições por snacks é que eles possuem uma

Foto: SXC.HU



densidade calórica muito maior, são ricos em sódio, gorduras e açúcares e pobres em fibras e vitaminas. Além disso, alteram a regulação hormonal fome/saciedade, fazendo com que os indivíduos percam a noção de saciedade.

Outro exemplo dessas mudanças é a revolução dos óleos vegetais. Entre 1950 e 1960, nos Estados Unidos e no Japão, foi desenvolvida uma tecnologia para extrair de forma barata óleos de sementes oleaginosas (por exemplo, milho, soja e semente de algodão). Com isso, os países de maior renda viram um grande aumento na disponibilidade de óleos vegetais baratos. Entre 1985 e 2010, o consumo de óleos vegetais per capita aumentou entre três a seis vezes na maioria dos países em desenvolvimento. Os chineses, por exemplo, que têm um consumo de óleo vegetal moderado, em 2006 consumiam cerca de 300 calorias ou mais de 30 gramas de óleo vegetal por dia. Como se sabe, tais óleos melhoram significativamente o sabor dos alimentos. Entretanto, a revolução dos óleos vegetais foi seguida por uma extensa pesquisa sobre os bons e maus componentes de cada óleo comestível (por exemplo, gorduras trans e ácidos graxos específicos), que demonstrou os efeitos maléficos do seu consumo excessivo.

No Brasil, pode-se ver o mesmo quadro nas mudanças alimentares. Dados obtidos a partir do Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef), de 1975, e das Pesquisas de Orçamento Familiar (2003-2009) sugerem uma redução na compra de alimentos tradicionais básicos, como arroz, feijão e hortaliças, e aumentos notáveis (de até 400%) na compra de alimentos processados, como bolachas e biscoitos, refrigerantes, carnes processadas e pratos prontos. No mesmo período, a proporção de energia proveniente de gorduras no total dos alimentos adquiridos aumentou de 25,8% para 30,5%, e a energia proveniente de gorduras saturadas aumentou de 7,5% para 9,6% (Smith, 2011). Além disso, estimativas nacionais sobre ingestão de sódio mostram um consumo diário de cerca de 4 g por pessoa, duas vezes a ingestão máxima recomendada.

### As mudanças do sistema alimentar

Compreender as razões subjacentes à tendência para o aumento do consumo de alimentos processados, óleos e açúcares e o consumo reduzido de leguminosas, grãos e outros vegetais passa pela compreensão das mudanças que ocorreram no setor alimentício desde a Segunda Guerra Mundial. A maioria dessas mudanças é proposital e relaciona-se com as políticas agrícolas globais.

Nos últimos anos, vários fatores têm influenciado as mudanças do abastecimento de alimentos dos países, dentre eles, destacam-se: o sistema de produção de alimentos, que se tornou mais urbano, com consequente diminuição das áreas rurais; a globalização na distribuição de tecnologia relacionada à produção, ao transporte e ao marketing de alimentos; as modificações na forma como os meios de comunicação veiculam informações sobre os alimentos; e, também, mudanças macroeconômicas no fluxo de capital e de serviços entre os países. Portanto, se, por um lado, é importante reconhecer os benefícios dessas mudanças para os produtores e consumidores – a redução do desperdício de alimentos, a melhoria sanitária e a redução de muitos efeitos negativos da sazonalidade –, por outro lado, o amplo acesso do consumidor a uma grande variedade de novos alimentos e bebidas pobres nutricionalmente é um desafio que também representa a atual conjuntura econômica e de desenvolvimento social.

Um componente-chave para a mudança do sistema alimentar é a modernização da distribuição e das vendas dos alimentos, reflexo da enorme penetração das empresas de super e megamercados em todo o mundo em desenvolvimento, além das grandes cadeias de lojas de conveniências. O mercado de produtos frescos (mercado público e feiras abertas), por exemplo, está desaparecendo como principal fonte de alimentos, sendo substituído por supermercados regionais e locais, que são geralmente parte de cadeias multinacionais (por exemplo, Walmart) ou, em países como África do Sul e China, cadeias internas que funcionam e se parecem com aquelas. Cada vez mais, hipermercados são a força das grandes mudanças de direção nos gastos com a alimentação em qualquer país ou região. Na América

Foto: Igor Sperotto / Sinpro-RS



Latina, por exemplo, a participação dos supermercados em todas as vendas de varejo de alimentos aumentou de 15%, em 1990, para 60%, em 2000. Em comparação, os supermercados nos Estados Unidos foram responsáveis por 80% das vendas de varejo de alimentos no mesmo ano.

Além disso, a liberalização do investimento estrangeiro direto e do comércio e a saturação dos mercados desenvolvidos deslocaram o crescimento das empresas do ramo para outros locais. Melhorias na logística e nos sistemas de aquisição utilizados pelos supermercados lhes permitiram competir no custo das frutas, legumes e todos os outros produtos com o comércio mais típico dos países em desenvolvimento – os pequenos mercados de bairro e as feiras abertas.

O pesquisador e professor da USP Carlos Monteiro tem sido particularmente claro em expressar sua preocupação com o impacto do sistema alimentar moderno nas dietas. Na verdade, sua preocupação é com o processamento de alimentos, que está ligado à diminuição do consumo de legumes e cereais, substituídos pelo consumo de grãos refinados comprados em supermercados modernos e lojas de conveniência, que penetraram na África urbana, Ásia, na maior parte do Oriente Médio e na América Latina. Os potenciais efeitos adversos dessas tendências estão associados com um maior acesso dos países em desenvolvimento a alimentos processados mais baratos, que são ricos em gordura, açúcar e sal.

Outra causa das mudanças mundiais no consumo de alimentos é o fluxo mais livre do comércio de alimentos relacionado com a

Organização Mundial do Comércio (OMC). Por exemplo, as barreiras às importações de óleo comestível foram reduzidas e a produção de óleo vegetal tem sido centralizada para competir com as importações e reduzir significativamente os preços de óleo vegetal em países como a China. Essas mudanças, junto com os investimentos globais na agricultura ao longo do último meio século, têm produzido uma grande mudança de preços relativos a favor de alimentos de origem animal, óleos comestíveis e outras commodities globais importantes, incluindo o açúcar.

### O combate à obesidade como política pública

A partir desse cenário, não restam dúvidas de que um projeto terapêutico e/ou pedagógico, que vise à prevenção e ao controle da obesidade, não pode ser centrado apenas no indivíduo, que, supostamente, realiza escolhas irracionais sobre seus hábitos de vida ou é incapaz de governar seus padrões de consumo alimentar. Nesse modelo, a obesidade seria superada com a educação e o aconselhamento de profissionais da saúde. Entretanto, esse foco ignoraria os aspectos ambientais e sociais da alimentação. Hábitos alimentares são um constructo social. Para que uma mudança seja possível, faz-se necessária uma agenda pública única, que leve em consideração, além da educação alimentar, políticas econômicas consonantes. Para isso, é de fundamental importância que o governo estabeleça políticas públicas com a parceria do setor produtivo, da indústria e do comércio de alimentos.

## Parcerias com os produtores

Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras organizações pediram a diversas nações regulamentos para minimizar ou eliminar a comercialização de alimentos pouco saudáveis e considerar maneiras de controlar o consumo de bebidas açucaradas. No Brasil, a parceria com o setor produtivo, com a indústria e com o comércio, envolvendo o Ministério da Saúde, a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia), a Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias (Abima), a Associação Brasileira da Indústria de Trigo (Abitrigo) e a Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip), possibilitou o estabelecimento de metas nacionais para a redução do teor de sódio em alimentos processados no Brasil. Essa parceria resultou na assinatura, em 7 de abril de 2011, de um acordo com a indústria para a redução do sal em massas, macarrão instantâneo e pão. Em 2014, no mesmo caminho será pactuada a redução do teor de açúcares nos alimentos industrializados.

## Regulamentação do comércio

Uma segunda iniciativa refere-se ao controle de bebidas doces. Um grande número de associações internacionais ligadas à saúde (que se preocupam com a diabetes, doenças cardíacas e câncer) pediu reduções da ingestão de bebidas doces. Em alguns casos, isso incluiu o suco 100% de fruta, e, em todos os casos, inclui refrigerantes, bebidas de frutas, bebidas energéticas, bebidas esportivas e águas com vitaminas. Mais de 20 países proibiram as máquinas de venda automática dessas bebidas nas escolas e a venda de alimentos pouco saudáveis por fornecedores externos ao terreno da escola. No Brasil, essa regulamentação tem ficado a cargo dos Estados e municípios. Florianópolis, em 2001, foi a primeira cidade brasileira a regulamentar o que é vendido nas cantinas escolares, proibindo a comercialização de alimentos pouco saudáveis, como refrigerantes, frituras e doces, e dando opções de lanches mais saudáveis aos alunos.

Outra política brasileira interessante de incentivo à melhoria da alimentação de escolares, que ficou reconhecida internacionalmente, procura resgatar a cultura alimentar local e incentivar, com isso, a agricultura alimentar. A lei nº 11.947, de junho de 2009, obriga os municípios a comprarem, no mínimo, 30% dos gêneros alimentícios da merenda escolar da agricultura familiar local, determinando, ainda, a priorização da compra de alimentos agroecológicos.

## Rotulagem e marketing

Questões relativas à rotulagem dos alimentos também fazem parte das iniciativas de direcionamento de uma melhor escolha alimentar pela população. No Brasil, a informação da composição nutricional dos alimentos já é obrigatória desde 2001. O rótulo deve conter as quantidades, em uma porção, de calorias, carboidratos, proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas, colesterol, fibra

alimentar, cálcio, sódio e ferro. Porém, o foco não pode ser (ou não é) apenas o fornecimento de informações sobre a composição nutricional dos alimentos, mas, também, o desenvolvimento de sistemas que ajudem o consumidor a identificar quais alimentos e bebidas são mais saudáveis de acordo com os seus costumes alimentares.

Além da rotulagem, a principal área de preocupação é o marketing de alimentos, principalmente aquele dirigido para as crianças. Com a gradativa expansão dos meios de comunicação (como rádio, televisores e internet), a veiculação/propaganda de produtos alimentícios nesses meios tornou-se essencial para a conquista de consumidores. A concorrência entre grandes produtores para atingir seu público transformou, assim, as propagandas de alimentos em, para dizer o mínimo, conteúdos duvidosos de informações. Desse modo, um dos principais alvos de combate à obesidade, no que diz respeito ao acesso à informação sobre os alimentos, é o controle público da mídia, ainda que todas as iniciativas até agora tenham priorizado o marketing para as crianças. Uma exceção a essa regra é o controle da publicidade do tabaco, que representou um aspecto com resultados significativos na redução do seu consumo, como se pode verificar no Brasil.

Atualmente, tramita na Câmara dos Deputados a alteração do projeto de lei nº 5.921/2001 pela emenda nº 01/11, que trata da regulação da publicidade dirigida a crianças. A lei dispõe sobre a publicidade de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde física e mental de crianças e adolescentes, como alimentos com quantidade elevada de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio e bebidas com baixo valor nutricional. A lei considera abusiva a publicidade que contenha: linguagem infantil, personalidades, personagens ou qualquer outro elemento reconhecível como pertencente ao universo de produtos culturais destinados às crianças e aos adolescentes, desenho animado ou de animação, promoção com distribuição de prêmios ou de brindes colecionáveis com apelo ao público infantil, promoção com competições ou jogos com apelo ao público infantil, entre outros.

## Medidas fiscais

Outras questões que precisam ser levantadas e debatidas são: 1) Existem maneiras de mudar a direção (o conteúdo) das dietas ou voltar para uma alimentação mais saudável? 2) Podemos ter uma política de preços diferenciada para os alimentos menos saudáveis? Em primeiro lugar, parte-se da premissa de que a perda dos padrões alimentares saudáveis ocorreu, como se viu acima, com a aderência, de grande parte da população, às dietas chamadas “ocidentais”. Como tais hábitos alimentares modificaram-se em um período relativamente curto de tempo (cerca de 10 a 20 anos), poder-se-ia esperar que uma nova modificação, para padrões mais saudáveis, facilmente poderia ocorrer do mesmo modo. Contudo, esse não é o caso. Um dos problemas que dificulta essa mudança é o preço dos alimentos tradicionais consumidos anteriormente em dietas mais

saudáveis, como grãos, legumes, vegetais e frutas. Um fator adicional desse problema é o baixo custo dos alimentos que compõem as dietas menos saudáveis, como os de origem animal, os óleos, o açúcar e outros produtos relacionados. Alguns países da Europa e os Estados Unidos tentaram realizar modificações nesse sentido, com a eliminação de subsídios governamentais, que, contudo, não diminuíram os preços de alimentos de origem animal, óleos e adoçantes, entre outros, de modo a impactar no consumo da população. Assim, mesmo que o ajuste de preços relativos e de preferências individuais em favor de alimentos mais saudáveis seja ainda pouco eficaz, esse é considerado um objetivo-chave global de longo prazo.

Acrescente-se a isso, ainda, o questionamento de Monteiro (2010) a respeito da forte dependência dos alimentos ultraprocessados e de como se poderia removê-la. Tais alimentos, segundo o pesquisador, são produzidos com o uso sofisticado de aditivos, cuja finalidade é torná-los comestíveis e saborosos. Ainda que sem nenhuma semelhança real com um alimento in natura, os alimentos ultraprocessados podem ser moldados, etiquetados e comercializados para se parecerem saudáveis e frescos. Monteiro afirma que os ultraprocessados são

um problema, porque eles decididamente induzem indivíduos a excessos e são uma importante fonte de calorias vazias. Em muitos aspectos, esse argumento ecoa o desejo de Michael Pollan (2008) de ver um retorno ao consumo de produtos básicos, como frutas, legumes, aves e outras carnes, com a limitação (ou, até mesmo, abandono) daqueles alimentos.

Dada a predominância, contudo, de uma cadeia grande e complexa de manipulação de alimentos da fazenda até o consumidor, com variados graus de processamento, é difícil saber o que rotular como um alimento ultraprocessado. Além disso, a praticidade desses alimentos, a fome mundial e uma perspectiva ambiental ainda precisam ser examinadas. No caso dos alimentos ultraprocessados, a questão é saber se podemos ou não podemos realmente oferecer alimentos mais saudáveis para grandes populações em todo o mundo. Para as elites, renda, tempo e preço não são grandes restrições como para outros grupos socioeconômicos, havendo, nessa direção, indicações de mudanças positivas na alimentação desse grupo. Evidências disso incluem o renascimento dos mercados de agricultores locais, o crescimento do movimento

Foto: Igor Sperotto / Sinpro-RS



*Slow Food* e mesmo a crescente disponibilidade de alimentos orgânicos no abastecimento alimentar. No entanto, a globalização da oferta de alimentos, os avanços tecnológicos no processamento e preservação e o ultraprocessamento de alimentos podem ser a medida de que é improvável a volta de maneiras mais simples e tradicionais de obtenção e preparo de alimentos.

## Considerações finais

A partir da metade do século passado, as mudanças na maneira de as diferentes populações comerem e beberem têm levado a um desequilíbrio energético, que, por sua vez, vem gerando níveis alarmantes de obesidade e de outros problemas cardiometabólicos relacionados à nutrição. Em contraposição ao aumento do consumo de alimentos industrializados, excessivamente gordurosos e ricos em açúcar e sódio, que parecem ser mais práticos, gostosos e até mais seguros sanitariamente, parece ser essencial descobrir uma maneira de se voltar para uma dieta saudável e, em muitos casos, uma dieta com alimentos menos processados e mais densos em nutrientes.

Nesse sentido, concentrar-se no tratamento médico/nutricional ou em medidas pontuais, como a redução do sódio na dieta, não é o suficiente para se enfrentar a epidemia da obesidade e suas consequências. Uma ação eficaz requer programas cuidadosamente avaliados com base em evidências científicas, formulados a partir de uma pauta articulada entre o governo e a sociedade civil, com enfoque nos sistemas de produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos.

## Referências bibliográficas

POPKIN, B. M.; ADAIR, L. S.; NG, S. W. The global nutrition transition: the pandemic of obesity in developing countries. **Nutrition Reviews**, 70(1), p. 3-21, jan. 2012.

SILVA-JUNIOR, J. B. As doenças transmissíveis no Brasil: tendências e novos desafios para o Sistema Único de Saúde. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde Brasil 2008**: 20 anos de Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

COITINHO, D.; MONTEIRO, C. A.; POPKIN, B. M. What Brazil is doing to promote healthy diets and active lifestyles. **Public Health Nutrition**, 5, p. 263-267, 2002.

MONTEIRO, Carlos Augusto et al. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, n. 11, p. 2.039-2.049, 2010.

MONTEIRO, C. A.; GOMES, F. S.; CANNON, G. The snack attack. **American Journal of Public Health**, 12, p. 975-981, 2010.

MICHEAL, P. **In defense of food**. Londres: Penguin Books, 2008.



# ensaio

## Édison Gastaldo

Antropólogo e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRRJ.

Autor de *Pátria, chuteiras e propaganda*

(AnnaBlume/Unisinos, 2002), *Erving Goffman, desbravador do cotidiano* (Tomo Editorial, 2004),

*Nações em campo* (com Simoni Guedes/Intertexto, 2006) e *Publicidade e sociedade* (Sulina, 2013).

Se quisermos saber como o futebol é interpretado na cultura brasileira, precisamos sair da poltrona – ou da mesa do boteco – e ver mais de perto.

# Futebol e cultura no Brasil: entre mercado e sociabilidade

**Palavras-chave:** Futebol. Copa do Mundo. Identidade. Cultura brasileira. Mídia.

## Resumo

Este ensaio busca relacionar os usos sociais do futebol na cultura brasileira às suas lógicas simbólicas de pertencimento, identidade e poder, bem como à mercantilização dessas práticas por patrocinadores privados e por corporações midiáticas. Tomando o universo do futebol como fato social complexo, atravessado por vetores econômicos, simbólicos, morais e culturais, este trabalho busca enfatizar o papel do futebol nas teias da sociabilidade em pequena escala, isto é, a partir dos usos sociais que estes múltiplos 'futebóis' desempenham na vida cotidiana brasileira.

## Introdução

Em tempos de Copa do Mundo, é muito comum ouvirmos referências ao Brasil como “o país do futebol”. Cinco títulos mundiais conquistados e vários jogadores de destaque internacional, entre outros predados, fazem essa relação parecer ter a dimensão da eternidade. Como dizia um anúncio institucional veiculado na Copa de 1998, “o Brasil foi, é, e sempre será o país do futebol”. Não pretendo aqui negar o óbvio: o futebol é, sem dúvida, um fato social muito importante na cultura brasileira contemporânea. Mas acredito que seja importante pensar um pouco mais sobre esse assunto, afinal o Brasil

nem sempre foi o país do futebol – essa vinculação “automática” começou há não mais de 50 anos, com a vitória na Copa do Mundo de 1958. Um breve comentário sobre a história social do futebol no Brasil talvez ajude a esclarecer esse ponto.

## Sobre o futebol na cultura brasileira

O futebol chegou ao Brasil na última década do século 19, provavelmente trazido por marinheiros ingleses, embora a “versão oficial” afirme que o introdutor desse esporte tenha sido Charles Miller, brasileiro filho de ingleses que, estudando nos colégios da aristocracia



Foto: Igor Sperotto / Sincro-RS

britânica, teria trazido ao Brasil, em 1894, dois jogos de uniformes, as regras e duas bolas de couro. Naquele tempo, praticar esportes era uma moda importada da Europa pelas elites, cujos membros se reuniam em clubes seletos para interagir com seus pares.

A partir da introdução do futebol entre operários de fábricas inglesas no Brasil, esse esporte foi se popularizando, e, em poucos anos, já era largamente praticado em todo o país. A difusão do futebol no Brasil não se fez sem resistência: diversos intelectuais (entre eles, Lima Barreto, Graciliano Ramos e Heitor Villa-Lobos) viam no futebol uma forma de imperialismo cultural britânico, adoção impensada de práticas culturais vindas de fora, e que nada tinham a ver com a cultura brasileira (LOVISOLO; SOARES, 2002).

Somente nos anos 30, no primeiro governo de Vargas, começa a existir uma incorporação do discurso da identidade nacional pelo Estado, e diversos “emblemas” da brasilidade surgem nesse período: o mito da “democracia racial”, de Gilberto Freyre, em seu imortal *Casa-grande e senzala*; a definição do samba como a “música nacional” por excelência, com o apoio oficial de Vargas à criação das Escolas de Samba; e a institucionalização do futebol, com a sistemática participação do país na recém-criada “Copa do Mundo”. No caso do futebol, é notável o livro hoje clássico de Mário Rodrigues Filho *O negro no futebol brasileiro*, de 1947, no qual, a partir de uma inspiração nitidamente freyreana – Gilberto Freyre, a propósito, assina o prefácio –, é apresentada uma versão “heroica” da participação dos jogadores de futebol negros contra seus “inimigos”, os jogadores da elite branca e racista, no futebol brasileiro. A tese de Mário Filho é a de que, ao abrir suas portas à participação dos negros, o futebol jogado no Brasil se tornou o “futebol brasileiro”, fundando um “estilo brasileiro” – que seria chamado, anos mais tarde, de “futebol-arte” –, derivado direto da “democra-

cia racial” preconizada por Freyre. O livro de Mário Filho, assim como *Casa-grande e senzala*, veio a se tornar parte de um discurso dominante sobre o futebol no Brasil, embora não seja isento de questionamentos no campo acadêmico (ver, nesse sentido, o debate entre Soares, 1999, Gordon e Helal, 1999, e a tréplica de Soares, 1999a). Todos esses elementos ajudaram a criar uma autoimagem do Brasil que perdura até os dias de hoje.

O “país do futebol” – ou seja, a ideia do futebol como metonímia da nação – forjou-se em um evento trágico: a derrota para o Uruguai na Copa de 1950. A realização da Copa do Mundo no Brasil e a construção do maior estádio do mundo (o estádio Mário Rodrigues Filho, o popular Maracanã) faziam o cenário perfeito para consagrar o Brasil como o campeão do mundo. Tudo certo, tudo combinado, mas na final, podendo empatar para ganhar o título e vencendo por 1 a 0, o Brasil cedeu o empate e permitiu a virada dos uruguaios, perante 200 mil pessoas. Reza a lenda que Obdúlio Varela, capitão do Uruguai, teria proibido seus jogadores de comemorar a vitória, em respeito à dor da multidão silenciosa.

A impensável derrota produziu o efeito contrário: ao invés de afirmar a superioridade mundial do Brasil, o resultado desse jogo foi usado como “a prova definitiva” de que éramos um povo de fracos, de tíbios, de gente inferior, incapaz de vencer – nas palavras de Nelson Rodrigues, “um vira-lata entre as nações”.

O universo simbólico do futebol pode ser considerado um importante elemento da cultura brasileira contemporânea. Apesar das controversas imbricações das organizações que regulam a prática desse esporte (federações, clubes, tribunais de justiça desportiva etc.) com as esferas da política, da mídia e da economia, há um amplo espaço de apropriação desses fatos sociais na vida cotidiana. Por

exemplo, boa parte dos torcedores nada possui de seu “clube” – carteirinha de sócio, camiseta “oficial”, cadeira cativa etc. – que não seja o vínculo afetivo voluntário. Vincular-se a um “time do coração” é, no Brasil, uma escolha importante, frequentemente mediada por relações familiares, e que inscreve o torcedor em um complexo sistema de classificações, que estabelece aliados e adversários instantaneamente, articulando lógicas identitárias em âmbito local, regional, nacional e internacional. Os fatos do jogo operam como índices indiscutíveis de superioridade momentânea entre pares relacionais de jocosidade. A cada rodada de um campeonato – e sempre há um campeonato ou torneio em andamento – as relações de força entre as equipes se alteram, motivando um circuito de sociabilidade cotidiana, marcada por um forte viés de gênero. Muitos fatores de ordens diversas intervêm nessa complexa relação. Brevemente, podem ser citadas a dimensão política do esporte (a CBF apesar de autônoma, é, em última instância, vinculada ao Ministério do Esporte), a transnacionalização da economia, que faz de jogadores de futebol uma importante *commodity* brasileira para exportação, e a questão da segurança pública nos estádios e arredores, onde frequentemente fenômenos como o hooliganismo são apresentados como manifestação contemporânea da barbárie. É importante destacar também a dimensão do futebol como produto de mídia, sujeito às regras e lógicas desse complexo campo de produção de sentidos. Em termos de número absoluto de espectadores, o futebol é hoje principalmente um programa de televisão e rádio. E, para bom número de torcedores, uma editoria fixa de qualquer jornal diário.

O futebol no Brasil, assim, é um fenômeno cultural que supera largamente as estritas linhas do campo de jogo, ritualizando questões simbólicas profundas acerca da nossa sociedade, tematizadas em estudos acadêmicos nos mais diferentes aspectos, como relações de raça (RIAL, 1998; GASTALDO, 2002), gênero (GUEDES, 1998) e classe social (DAMO, 2002). O futebol também articula tensões entre centro e periferia no contexto nacional. No caso específico do Rio Grande do Sul, o futebol é também um emblema de identidade regional, sendo frequente no discurso da imprensa esportiva a tensão entre o chamado “futebol gaúcho” – a que Guazzelli (2002) chama ironicamente de “província de chuteiras” – e o “futebol brasileiro”, versão esportiva do atávico conflito centro-periferia que atravessa as reações entre esse Estado e o “centro do país” (para uma discussão da apropriação de conflitos regionais mediados pelo futebol no contexto da imprensa esportiva, ver Gastaldo e Leistner, 2003).

### Questões sobre futebol, mercado e sociabilidade

Se agruparmos celebridades mundiais em categorias, veremos facilmente que “jogadores de futebol” colocam-se facilmente ao lado de “estrelas de Hollywood”, “membros das realezas europeias” e “astros da música pop”. Não é para menos: jogos de futebol estão entre os eventos de mídia com maior concentração mundial de audiência (mais de 2 bilhões de pessoas assistiram simultaneamente à

final da Copa de 2002, por exemplo). Assim, talvez a faceta mais visível do universo do futebol seja mesmo essa aparência de “empresa milionária”. Como em um mundo neoliberal os holofotes e as lentes estão normalmente mostrando os vencedores – daí a visibilidade dos “galácticos” –, gostaria de usar este espaço para tentar aprofundar um pouco essa questão, e pensar o futebol como fato social plural, em algumas outras dimensões, não tão espetaculares (e certamente menos midiáticas), mas não menos interessantes.

### Ópio do povo?

Para começar, vou retomar uma velha questão (velha no meio acadêmico, mas que ainda tem certa força nos botecos da vida): futebol é o “ópio do povo”? Ou seja, o mundo lúdico dos times, torcedores, jogadores e campeonatos seria na verdade uma maquinação perversa para desviar a atenção do “povo” daquelas que deveriam ser suas reais preocupações? Ora, sustentando essa questão está um pressuposto elitista: nomeadamente, que, quem faz a pergunta, saberia quais são as “reais preocupações” do “povo”. O “povo”, por sua vez, não saberia. Para usar um termo de Garfinkel (1967), o “povo”, nesta perspectiva, é um “imbecil cultural”. “Povo” vai aqui entre aspas para ressaltar o que esse termo pode ter de redutor, o “balaio de gatos” conceitual que implica, no caso brasileiro, colocar 200 milhões de pessoas em uma única categoria. Então, se quisermos saber como o futebol é interpretado na cultura brasileira, que campo de significados e representações da sociedade ele mobiliza, precisamos sair da poltrona – ou da mesa do boteco – e ver mais de perto: o que as pessoas fazem com o futebol e de que modo vivem e interpretam esse fato social no seu cotidiano? Esse deslocamento certamente dá mais trabalho do que a acusação leviana, mas nos leva mais perto do fenômeno que, afinal, queremos discutir seriamente. A posição “ópio do povo” foi a tônica no meio acadêmico brasileiro por mais de 50 anos acerca do futebol. Somente no início dos anos 1980, com a publicação do hoje clássico *Universo do futebol*, por Roberto da Matta (1982), que o futebol começou a ser visto sob outra perspectiva, menos redutora. Para Da Matta, o futebol no Brasil é uma espécie de “drama da vida social”, um “teatro simbólico” onde se expressam elementos profundos da cultura brasileira. Apenas como um exemplo, Da Matta vê na rejeição unânime das torcidas à figura do árbitro (que no Brasil ganha o significativo título de “juiz”) uma manifestação de resistência popular à figura da autoridade institucionalizada, uniformizada e plena de poder. Poder de expulsar meu centroavante, anular nosso gol ou prender meus amigos, depende só do âmbito da atuação do “juiz”, a arbitrariedade é a mesma. Ou seja, mudando de perspectiva, o que era “alienação” pode ser visto como “resistência”.

### Torcedores e clubes

Um outro mundo do futebol que interessa discutir diz respeito aos torcedores. Torcedores, os há de diferentes modalidades: das torcidas organizadas – tão facilmente satanizadas em jornais sensacionalistas –

aos torcedores de segunda-feira, que acompanham os jogos pelo jornal para saber o que dizer ao porteiro do time rival ao sair do prédio. Ou seja, a categoria “torcedor” também não é simples. Apenas para apontar algumas vertentes do fenômeno: no Brasil, pode-se mudar de profissão, de religião, de estado civil etc., mas não de time de futebol. Ou até se pode, mas o custo é alto: a pecha de “vira-casaca”, como um estigma, acompanha o torcedor indeciso pela vida afora. O vincular-se afetivamente a um “time do coração” é um processo que se dá antes mesmo do nascimento – e camisetas de times de futebol em portas de quartos de maternidade são enfeites comuns –, questão de honra familiar. É importante destacar que nada disso tem a ver com a instituição “Clube de Futebol”. Se o “Clube de Regatas Flamengo”, por exemplo, recebesse um real de cada torcedor do “Mengão” por ano, seus históricos problemas financeiros seriam bastante amenizados (marqueteiros de todas as cores já tentaram obter doações como essa...). Porém, o “clube” e o “time do coração” são entidades distintas, e frequentemente os torcedores do “time do coração” acusam os dirigentes e jogadores do “clube” de traição ou incompetência – basta uma sucessão de derrotas. Assim, para além da estrutura institucional do futebol profissional – que padece dos mesmos males que qualquer estruturação formal de poder na sociedade brasileira –, existem apropriações particulares dos fatos ali gerados por parte dos torcedores, principalmente os resultados dentro de campo. E, uma vez que o que ocorre entre torcedores e clubes não são relações institucionalizadas, elas não podem ser enquadradas ou resolvidas no âmbito institucional. Se alguém tem um vínculo empregatício – formal –, pode ser demitido, mas o que fazer com um vínculo afetivo voluntário?

Novamente, vou evitar a face mais midiática/visível desse fenômeno – as guerras de torcidas – e pensar os torcedores de futebol no

cotidiano. Não as centenas ou milhares de torcedores violentos, mas as dezenas de milhões de torcedores tranquilos, que levam o futebol “na esportiva”. No Brasil, pode-se começar uma longa conversa com qualquer homem perguntando a ele para que time torce e como está indo seu time no campeonato. Existe um conceito sociológico que define essa modalidade de interação, denominada “sociabilidade”, forma lúdica de interação social. Se pensarmos a sociabilidade como uma modalidade de interação que ocorre como fim em si mesma, sem outro interesse imediato que não o prazer da própria interação, veremos que o futebol se articula como um mote por excelência para sociabilidade masculina por todo o Brasil, em festinhas, portarias de prédios, recreios escolares, bares e ônibus. Constantemente alimentada pelo fluxo de notícias da imprensa – e cada jornal diário no Brasil tem pelo menos duas páginas em branco para preencher com notícias futebolísticas todos os dias –, a sociabilidade masculina brasileira tem no futebol um porto seguro, mais do que assuntos “sérios”, como religião e política. No mundo do futebol, vitória e derrota são sempre provisórias: quem goleou hoje pode ser goleado amanhã, e a gozação do torcedor rival se paga na mesma moeda...

### Outros futebolis, outras lógicas

Até aqui, não saímos da referência mais óbvia, o futebol profissional, com seus clubes, campeonatos, torcedores, pontos ganhos e estádios. Vamos então pensar um pouco sobre outros futebolis do cotidiano. Por exemplo, o futebol escolar. Na escola, o futebol desenha, entre os meninos – e, de modo crescente, entre as meninas também –, um mapa paralelo de prestígio, competência e hierarquização simbólica. Nesse futebol – radicalmente menos formal que um jogo profissional – os times são montados a cada jogo, escolhidos pelos “capitães” (os dois

Foto: Tânia Régio / ABr



melhores jogadores), que, dentre os colegas disponíveis, vão, um de cada vez, escolhendo seus companheiros de time, em uma hierarquia de competência reconhecida publicamente. No final, sobram os “ruins”, os “pernas de pau”, não importa a nota na prova ou o salário do pai...

Uma variação interessante desse futebol cotidiano ocorre entre adultos, em peladas e *societies*, em praias e campos de grama sintética: muitas vezes, se joga não para ganhar, mas simplesmente para jogar. Se um dos times é muito mais forte que o outro, trocam-se os jogadores até se obter um arranjo equilibrado de forças que “dê graça” ao jogo. O placar, nesse caso, importa menos que o prazer de jogar.

Um dos pontos de confluência desse futebol jogado no cotidiano em praias, ruas e campinhos e o universo institucionalizado do futebol profissional são os chamados “peneirões”: um processo seletivo de jovens jogadores para clubes de futebol profissional realizado nas periferias das grandes cidades. Um “peneirão” é antes de tudo um processo de exclusão: há muito mais garotos sonhando com a carreira de jogador profissional do que vagas nos clubes. Nesse funil, para cada jogador profissional, ficam alguns milhares de garotos (e suas famílias) desiludidos pelo caminho. E quando falo de “jogador profissional”, estou referindo quem recebe salário para jogar, inclusive quem recebe salário mínimo nos times da terceira divisão estadual – tão profissionais, neste sentido, quanto o Barcelona. Ainda assim, a ascensão social pelo futebol continua a ser um projeto de vida para milhões de meninos a quem a infância pobre dos Ronaldinhos é exibida como a prova de que o sonho pode virar realidade. Novamente, a preferência da lente pelos vencedores “oculta mostrando”, como diz Bourdieu (1997).

Voltando agora de vez para o *grand monde* do futebol profissional mundial, em tempos globalizados, jogadores de futebol brasileiros têm se tornado um excelente produto de exportação. Aqui também opera uma lógica similar à do “peneirão”, só que em escala mundial. De modo muito similar a um regime escravista, jogadores de futebol (do Brasil, mas também da África e de toda a América Latina) são “comprados”, “emprestados” e “vendidos” por consórcios de empresas, clubes, procuradores e “empresários”. Mais uma vez, a lógica capitalista se coloca: para cada Real Madrid ou Manchester United, há centenas de clubes de terceira divisão nos Emirados Árabes, na Turquia ou Coreia do Sul que absorvem esses “pés de obra”. Existe hoje um grande contingente de jovens jogadores brasileiros espalhados pelo mundo, presos por armadilhas contratuais em situações diplomáticas complicadíssimas, em que falsificação de documentos e passaportes é muitas vezes o menor dos males. Um sonho pode virar pesadelo com uma facilidade impressionante.

### Para finalizar

Enfim: o futebol também é uma empresa milionária, mas a riqueza do campo de significados que ele suscita é muito maior que sua dimensão empresarial. Eu diria que o futebol não é culturalmente importante porque rende dinheiro, mas que rende dinheiro por causa de sua importância na cultura. Seja como veículo de identificação

simbólica com a nação em um mundo globalizado – e numa Copa do Mundo celebra-se a pátria no Brasil com muito mais fervor que em qualquer 7 de setembro –, seja como motivo para conversar fiado com os amigos, há no futebol como fato social uma dimensão que escapa a qualquer controle institucional, policial ou estatal. Nesse mundo limitado por quatro linhas e 90 minutos, há um imenso espaço de apropriação e expressão: o que fazemos com o futebol pode ser visto como uma janela reveladora sobre quem somos, como vemos o mundo e nosso lugar dentro dele. Eu não diria que o futebol é uma metáfora da vida – ele é parte dela, feito da matéria mesma da vida, de alegrias, de tristezas, de raivas, de frustrações, de encantos, de torpezas, de fraudes e de genialidades sempre renovadas, ano após ano, domingo após domingo, num eterno retorno ao placar vazio.

### Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- DA MATTA, R. (Org.). **Universo do futebol**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- DAMO, A. S. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.
- GASTALDO, É. **Pátria, chuteiras e propaganda: o brasileiro na publicidade da Copa do Mundo**. São Paulo: AnnaBlume/São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- GASTALDO, É.; LEISTNER, R. A mais gaúcha de todas as copas: identidades brasileiras e imprensa esportiva na Copa do Mundo. **V Reunión de Antropología del Mercosur**, Florianópolis, UFSC, novembro de 2003.
- GORDON, C.; HELAL, R. Sociologia, história e romance na construção da identidade nacional através do futebol. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 147-165, 1999.
- GUZZELLI, C. A. 500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho: construção da 'provincia de chuteiras'. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, ano XVI, n. 34, 2002.
- GUEDES, S. L. O povo brasileiro no campo de futebol. In: \_\_\_\_\_. **O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.
- LOVISOLO, Hugo; SOARES, Antonio J. Futebol é fogo de palha: a 'profecia' de Graciliano Ramos. In: HELAL, R.; LOVISOLO, H.; SOARES, A. J. (Orgs.). **A invenção do país do futebol**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- RIAL, C. Japonês está para TV como mulato para cerveja: imagens da publicidade no Brasil. In: ECKERT, C.; MONTE-MÓR, P. **Imagem em foco: novas perspectivas em antropologia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- SOARES, A. J. História e invenção de tradições no campo do futebol. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 119-146, 1999.
- \_\_\_\_\_. A modo de resposta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 166-173, 1999a.

# As crises das licenciaturas e a perspectiva da falta de professores

“Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade”

Paulo Freire

**Gabriel Grabowski**

Professor da Universidade Feevale e do Centro Universitário Metodista – IPA. Formado em filosofia pela Faculdade Dom Bosco, com especialização em sociologia, mestrado e doutorado em educação pela Faced/Ufrgs. Presidente da Associação de Escolas Superiores de Formação de Profissionais do Ensino do Rio Grande do Sul – Aesufope.

**Falta de professores e desinteresse pelas licenciaturas têm relação com desvalorização e precarização da profissão docente.**

O filósofo Hegel já dizia que quem exagera o argumento prejudica a causa. Isso significa que, ao discutirmos e refletirmos sobre o tema da crise das licenciaturas e a perspectiva da falta de professores, precisamos ter o cuidado para não reforçar a própria ideia de crise e não reproduzirmos o discurso estigmatizante, mesmo que real, em torno da diminuição das licenciaturas.

Ampliar os espaços de diálogo sobre esse tema entre os docentes se faz necessário e consiste na proposta do presente artigo, considerando a experiência de 26 anos de atuação do seu autor na docência da educação básica e superior, participando de vivências de sala de aula, gestão, pesquisa e formação de professores. Necessário ressaltar que o conhecimento do processo de ensino e aprendizagem se apresenta como condição fundamental para uma análise dessa conjuntura, especialmente tendo em vista que a docência atualmente vem sendo analisada e criticada por profissionais de outras áreas e formadores de opinião sem formação, sem experiência e sem conhecimento de causa.

Na perspectiva da crise, que é uma opção de abordagem da questão, sabe-se que essa não é uma situação

## artigo

As crises das licenciaturas  
e a perspectiva da falta  
de professores

própria das licenciaturas e da falta de professores, até mesmo porque o último censo da educação superior publicado pelo MEC demonstra que de 6.739.689 matrículas na graduação do país, as licenciaturas comportam 1.356.329, correspondendo aproximadamente a 21% do total de matrículas (CENSO, 2011). Tornou-se usual abordar problemas sociais como fenômenos em crise, como: crise na educação, crise na saúde, crise no mercado de trabalho, crise da falta de mão de obra para setores de energia, gás e construção civil e crise de falta de professores.

A abordagem de crise para situações estruturais e estratégicas de desenvolvimento de uma nação, como são a educação, a ciência e a tecnologia, deveria ser considerada mais como uma consequência da ausência histórica da valorização da educação como um bem público, função esta que a elite dirigente e o Estado brasileiro não assumiram, do que meramente uma questão conjuntural momentânea. É necessário reconhecer que a educação em nosso país nunca foi prioridade, tanto que começou a se desenvolver somente no século passado, portanto é um processo social tardio e um privilégio

Foto: Marília Dias / Sinpro-RS



Não ignoramos que nas diversas áreas da docência temos algumas disciplinas com carência – como física, química, biologia e matemática –, mas, em outras disciplinas, temos formação suficiente e até superior à demanda, e mesmo assim esses profissionais optam por não trabalhar no exercício da docência. Situação como essa também ocorre em outras áreas, como saúde, gestão pública e infraestrutura nacional. Portanto, devemos nos perguntar por que isso ocorre e quais são as causas reais para que profissionais formados em algumas áreas não atuem nas mesmas.

social para uma parcela da sociedade (TEIXEIRA, 1994). Ainda hoje, na faixa etária de ingresso na universidade (18 a 24 anos), 16,5 milhões de jovens, ou seja, 69,1%, não estudam, e apenas 9% dos jovens nessa faixa etária entram no curso superior.

Uma das reflexões que é necessário fazer-se é por que os propaladores da crise das licenciaturas e da crise educacional não a enfrentam com a mesma agilidade e investimentos, como fazem com crises do sistema financeiro, crise das montadoras, crise no agronegócio ou crises do setor produtivo. Para certos tipos de crise do capital, o Estado e as elites são ágeis,

investem bilhões e mesmo trilhões, porém para a educação levam décadas para realizar pequenos investimentos, cujo exemplo emblemático atualmente é o projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação, em tramitação há quase três anos, que tanto o Executivo quanto o Legislativo não o aprovam em função da disputa pelo índice de investimento a ser destinado para a educação brasileira.

Porém, a par dessas reflexões iniciais, concordando que temos efetivamente uma tendência de queda na procura dos jovens pelos cursos das licenciaturas, além de revelar-se efeti-

A desigualdade econômica, social e regional é determinante e impactante na carreira do magistério nacional.

vamente uma diminuição da sua oferta pelas Instituições de Ensino Superior (IES), com diferenças regionais, enumerarei um conjunto de fatores que, no meu entendimento, tem impactado diretamente na opção pelo exercício da docência e, consequentemente, na oferta de cursos.

O primeiro fator é o baixo valor que historicamente a educação ocupa em nossa sociedade, sociedade esta caracterizada por uma absurda concentração de renda e propriedade na mão de uma minoria, existindo, como consequência, uma grande massa de pobres ou miseráveis. E, como a “escola e os

processos formativos não são apêndices da sociedade, mas parte constituída e constituinte da mesma, a desigualdade social se reflete na desigualdade educacional” (FRIGOTTO, 2013). Apesar de um discurso retórico que apresenta a educação como uma prioridade fundamental, na prática, tanto a educação quanto a escola e os profissionais que trabalham na docência nunca foram valorizados nem pelo Estado brasileiro muito menos pela elite dirigente, que inclusive induziu a sociedade a não lutar por formação, pois escravos, índios, camponeses, operários e trabalhadores não precisam estudar, direito este que lhes foi negado.

### Desvalorização

Essa contradição entre o discurso do valor da educação e a ausência de efetivas políticas de Estado de valorização dessa área produziu, especialmente nas últimas décadas, uma segunda grande causa da falta de professores e do baixo interesse dos jovens pelas licenciaturas: a desvalorização social e a precarização da profissão docente. As provas materiais e objetivas são inúmeras, entre as quais destaco apenas as mais significativas: desvalorização salarial (é a profissão superior que pior remunera seus profissionais; no setor público, sequer o piso é reconhecido e pago pela maioria dos Estados, e, no setor particular da educação, coexistem fortes discrepâncias entre os diversos níveis e modalidades); falta de condições de trabalho (faltam laboratórios, internet, as salas de aula são precárias, há excesso de alunos por turma e as relações das mantenedoras são autoritárias); relações de trabalho frágeis e mendigantes – em sete Estados brasileiros, o número de contratos temporários de professores da rede estadual ultrapassa a quantidade de contratos efetivos (concursados ou estáveis): Espírito Santo (71%), Mato Grosso (66,1%), Acre (62,9%), Ceará (60,2%), Mato Grosso do Sul (60,1%), Santa Catarina (59,8%) e Paraíba (51,9%). No segmento privado, ainda temos a maioria dos contratados como horistas (4h, 6h, 10h), sem que haja sequer um regime mínimo de trabalho, como 20h, 30h ou 40h, condição básica para a dignidade profissional.

Além da desvalorização social da educação e da precarização da carreira docente, o desinteresse por essa profissão é, também, potencializado por um discurso midiático e por pesquisas tendenciosas que destacam e valorizam em demasia profissões vinculadas ao mercado e a ganhos financeiros ime-

diatos, em detrimento do trabalho na esfera social, em geral, e na educação, em específico. Essa contradição constitui o terceiro fator da denominada crise.

O quarto fator está vinculado ao tratamento desigual da própria esfera pública, o Estado brasileiro. Nas diversas esferas da administração pública, seja federal, estaduais ou municipais, temos várias carreiras com “status superior” à docência, melhor remuneradas e mais prestigiadas. E mesmo entre as redes – a rede federal, ou as 27 redes estaduais e as mais de 5.500 redes municipais –, professores com formação equivalente, competência e experiência similar possuem planos e cargos salariais muito desiguais e extremamente baixos em comparação com carreiras de colegas dessas mesmas esferas. Ou seja, a desigualdade econômica, social e regional é determinante e impactante na carreira do magistério nacional.

#### **Baixa oferta**

Um quinto fator causal da crise das licenciaturas é o próprio tratamento que as instituições formadoras dão aos cursos de formação de professores. As universidades públicas brasileiras, classificadas como as melhores instituições de ensino, oferecem poucos cursos de licenciatura, formando, consequentemente, poucos professores. Prova disso é que 73% das matrículas estão nas instituições privadas, que, por sua vez, fecham cursos por serem deficitários e não propiciarem resultados contábeis que compensem sua oferta. Na região Sul (PR, SC e RS), a diminuição da demanda pelas licenciaturas e a consequente queda de sua oferta pelas IES é a mais alta do país, razão pela qual estamos mais preocupados ainda.

Como sexto e último fator neste pequeno texto, pois há muitos outros não elencados agora, cabe destacar o baixo investimento do país na oferta de uma educação com qualidade social. Com um investimento de apenas 5,1% do nosso PIB em 2012, será muito difícil expandir a oferta educacional brasileira, melhorar a qualidade dessa oferta e valorizar a carreira docente a patamares respeitáveis e atrativos. Educação de qualidade requer altos investimentos, e apenas profissões reconhecidas atrairão os melhores jovens para seu exercício.

Na última década está sendo implementado um conjunto de políticas, de programas e de ações em nível federal, voltadas a apoiar a formação inicial e continuada de professores e a

Foto: Marília Dias / Sinpro-RS



valorizar a carreira, porém seus resultados ainda são muito incipientes e insuficientes para reverter a tendência existente. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, o Programa Universidade para Todos – ProUni, o Pró-Licenciaturas e todos os diversos prós, apesar de meritórios, não produzem os efeitos planejados, pois a ausência de uma carreira nacional, do pagamento de um piso justo e de condições de trabalho compatíveis com a relevância da docência inviabiliza tais esforços.

#### Carreira de estado

A docência precisa deixar de ser objeto de avaliação de desempenho, de constante crítica social e midiática, de desprestígio profissional e de desvalorização salarial e constituir-se em carreira de Estado – como é a carreira da diplomacia, do judiciário –, em projeto profissional desejado e prazeroso, em prestígio social de todos os segmentos e setores.

Nesse processo de reversão da tendência atual de queda das licenciaturas e de valorização da docência, há uma parcela de responsabilidade dos próprios docentes. Tal responsabilidade passa, inicialmente, por abandonarmos o discurso de vitimação e assumirmos uma atitude que exige respeito, dignidade e justiça com a profissão; passa, em segundo lugar, por nos organizarmos, atuarmos mais coletivamente e participarmos com maior intensidade das lutas por maiores investimentos na

## A ausência de carreira nacional, de piso justo e de condições compatíveis inviabilizam os programas federais de incentivo à formação.

educação e na carreira a que pertencemos. Como afirma Paulo Freire na epígrafe inicial, nossas práticas requerem ética, decência e seriedade.

Concluo com uma afirmação de Sêneca: “A educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida”. Que todos os atores envolvidos com a educação, sejam gestores públicos, instituições formadoras, entidades, sociedade, famílias, discentes e docentes, tenhamos a responsabilidade com esse processo que não só prepara gerações para o futuro, mas que deve formar-nos para viver nossa vida com qualidade e felicidade! ✕

#### Referências bibliográficas

FRIGOTTO, Gaudêncio. O ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 6, n. 68, p. 28, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse estatística da educação superior 2011*. Brasília: Inep, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

TEIXEIRA, Anísio. *A educação não é privilégio*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

# artigo

**Eduardo Mendes Ribeiro**  
Psicanalista. Membro da Associação  
Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA)  
e do Instituto APPOA. Mestre em  
filosofia (PUCRS), doutor em  
antropologia social (Ufrgs).

**A vigilância não ajudará a  
resgatar a autoridade dos  
docentes para administrar  
os conflitos, na medida em  
que a função do professor  
fica esvaziada.**

## As câmeras nos protegem de quê?

**Q**uando a direção de uma escola decide colocar câmeras em suas salas de aula, ela certamente tem suas razões, que podem variar, desde uma preocupação com a segurança de seus alunos e professores, pensando que com esse mecanismo de controle poderá prevenir agressões, roubos, bullying e outras violências, até intuits de ordem pretensamente pedagógica, como o registro e análise do processo de ensino-aprendizagem, para identificar dificuldades e promover melhorias.

Por outro lado, também variadas são as reações a essas iniciativas, podendo ir do apoio entusiástico à indignação e revolta. De qualquer forma, e este é um efeito positivo, uma reflexão e uma discussão se estabelecem, sendo que uma interrogação acerca dos discursos, ideais e medos que se encontram envolvidos na proposta de instalar câmeras nas salas de aula certamente pode revelar muitas das contradições e frustrações hoje presentes nas práticas educacionais.

Com o objetivo de conhecer um pouco melhor essa realidade, realizei um breve levantamento das razões apresentadas para a instalação de câmeras em algumas escolas, bem como das reações que produziu. Uma pesquisa rápida na internet foi suficiente para descobrir que esses discursos variam pouco.

É importante deixar claro que a amostra trabalhada não seguiu nenhuma metodologia científica para sua constituição além da “lógica Google”. Simplesmente foram inseridas no buscador as palavras “câmeras em salas de aula”, em três idiomas: português, inglês e francês.



### Os discursos...

O resultado da busca, em português, apresentou, nas primeiras páginas, as experiências das escolas estaduais de Manaus (Acrítica, 2013); do Colégio Rio Branco, de São Paulo (Veja, 2012); do Colégio Boa Viagem, de Recife (Jornal do Comércio, 2013) e das Faculdades da USP (Adusp, 2012).

Em todos os casos observados, o objetivo da instalação das câmeras está relacionado a questões de segurança. Nas escolas de Manaus, tratava-se de tentar evitar confrontos entre alunos e ameaças a professores. O projeto da Secretaria de Educação deveria possibilitar que os pais acompanhassem em tempo real o que acontece nas salas de aula de seus filhos. Seus idealizadores defendiam a ideia de “guarda compartilhada”, sendo que o objetivo era “chamar os pais à responsabilidade”.

Não deixa de ser interessante a utilização da expressão “guarda compartilhada”, que pressupõe uma mesma função para a família e a escola na educação. Neste sentido, a escola

seria uma extensão, ou uma duplicação da família, e não uma forma de socialização fora da família.

Já nos colégios Rio Branco, de São Paulo, e Boa Viagem, de Recife, a iniciativa visava aumentar a segurança na instituição e melhorar a disciplina das turmas, inibindo a bagunça em sala de aula.

Em algumas faculdades da USP, a polêmica foi instaurada a partir da denúncia de alguns professores que se sentiam constrangidos pela existência de câmeras em salas de aula. Entretanto, a comissão de ética da universidade considerou que aquela era “uma medida dentro da moralidade [...] que atende o objetivo de prevenir furtos, roubos ou outras formas de violência, significando também a proteção moral, física e econômica dos docentes, alunos e funcionários, bem como o patrimônio público” (Adusp, 2012).

Chama a atenção de imediato que uma comissão de ética considere que o uso de câmeras possa promover a proteção

Foto: Marília Dias / Sinpro-RS



## Nesse cenário, o outro é uma ameaça e as câmeras poderiam restabelecer a verdade. Mas as câmeras mostram a verdade? Qual verdade?

moral de professores e alunos. Que ameaça moral será que eles sofrem? O que motivaria essa ameaça?

E não deixa de ser preocupante que a comissão de ética da mais prestigiada universidade brasileira considere que a melhor forma de lidar com os conflitos é a vigilância de comportamentos, pois isso representa uma desistência, ou uma descrença, na possibilidade de constituição de laços sociais pautados na confiança, na solidariedade e na produção do comum.

Além disso, vários professores da universidade consideram que a instalação de câmeras fere o artigo 5º da Constituição Federal (violação da intimidade e imagem das pessoas) e os artigos 15 e 17 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Nas outras escolas, da mesma forma, ocorreram reações, tanto dos sindicatos de professores quanto dos alunos. No Colégio Rio Branco, 107 alunos foram suspensos por não concordarem com a iniciativa.

Em todos os casos, foi criticada a forma como a medida foi implantada, principalmente por não ter havido um debate prévio com todos os envolvidos.

O primeiro registro encontrado na internet sobre discussão semelhante em países de língua inglesa refere-se à instalação de câmeras em escolas inglesas, noticiado pelo “The Guardian” em agosto de 2009 (The Guardian, 2009).

Nesse caso, a justificativa inicial era de que as imagens seriam usadas apenas para treinamento dos professores. Mas argumentava-se que elas também produziram grandes melhorias no comportamento, na concentração e na produtividade dos alunos, além de protegerem professores, alunos e a escola contra vândalos e ladrões. Outro efeito esperado era o de inibir as práticas de bullying e as falsas acusações contra professores.

### Fator de inibição

Os professores reagiram alegando que as câmeras inibiam estudantes e professores de expressarem suas ideias livremente, e também a atuação de professores não convencionais, que costumam despertar o interesse dos alunos com recursos criativos e comportamento descontraído. Consideraram que, se essa iniciativa prosperasse, todos os professores acabariam ficando parecidos.

A secretaria geral da associação dos professores afirmou também que essas medidas contrariavam acordo firmado

Foto: SXCHU



entre professores, escolas e o governo segundo o qual os professores só poderiam ser filmados por no máximo três horas por ano.

E, por último, foi encontrado o caso de cinco escolas francesas que instalaram as câmeras para garantir uma maior segurança no ambiente escolar (Le Parisien, 2011).

Entretanto, essas escolas foram obrigadas a retirar as câmeras por decisão da Comissão Nacional de Informática e Liberdade, ato este que na França tem valor de jurisprudência, e tem efeito sobre toda a rede educacional, desde as pré-escolas até as universidades.

As autoridades consideraram que a presença de câmeras no interior de uma escola constitui uma coleta excessiva de dados, que pode atentar contra a liberdade de alunos e professores. Para eles, a segurança das escolas deve ser garantida pelos profissionais que lá trabalham.

Segundo essa interpretação, não se pode dizer para as crianças e os adolescentes que eles devem ter cuidado para não expor sua vida privada na internet, e ao mesmo tempo os filmar na escola.

O interessante é que as câmeras não estavam em sala de aula, mas, sim, nas áreas de circulação e recreação. Também é

curioso que, ao contrário do que ocorre em outros países, os principais responsáveis pela queixa foram as associações de pais de alunos, e não os professores.

### **Quando o outro é uma ameaça...**

Acompanhando as discussões em torno da instalação de câmeras em escolas, foi possível perceber que, na maioria dos casos, os argumentos em torno da segurança (inibir violências, roubos etc.) antecedem e prevalecem sobre os objetivos educacionais. A exceção ficou por conta das escolas inglesas, que pretendem que elas possam ser um instrumento para a formação dos professores.

Entretanto, talvez seja entre estas duas questões, relativas à segurança e à educação, que se situe o maior foco de tensão, qual seja, a dificuldade de estabelecer relações respeitadas e solidárias entre os alunos, por um lado, e entre alunos e professores, por outro.

Dentre os defensores das câmeras é comum encontrarmos afirmações como estas: “[as câmeras] inibem a bagunça em sala de aula e ajudam a disciplinar os alunos”, “a indisciplina dos jovens de hoje está tão fora do controle, que qualquer ferramenta que ajude a policiá-los é válida. Estamos vivendo em uma selva” ou “elas ajudam a combater o bullying”.

Esses argumentos evidenciam uma desconfiança acerca da viabilidade de um processo educacional pautado em relações de confiança, orientado por educadores que se façam respeitar.

Frente a sentimentos de descrença e impotência, muitos preferem recorrer a mecanismos de vigilância e punição, na expectativa de que a objetividade das gravações estabeleça uma verdade, cuja evidência seria suficiente para resolver conflitos e inibir comportamentos indesejáveis. Neste sentido, uma professora afirmava que “[as câmeras] podem ajudar a demonstrar para alguns pais a indisciplina de seus filhos”, implicitamente reconhecendo que sua palavra não seria suficiente.

Sob a perspectiva de alguns pais, a situação não é muito diferente, como pode ser observado na declaração da mãe de um aluno: “Dentro da escola acontece muita coisa em que fica a versão de um contra o outro. Agora poderemos saber”.

Nesse cenário, o outro é uma ameaça em potencial, seja ele o aluno ou o professor, e as câmeras poderiam restabelecer a verdade e, por consequência, a ordem. Mas uma primeira pergunta se impõe: As câmeras mostram a verdade? Qual verdade?



## artigo

As câmeras  
nos protegem  
de quê?

### Quando só resta (tentar) controlar vigiando...

Muito se tem falado sobre a existência de uma crise de autoridade no mundo contemporâneo, afinal vivemos em uma sociedade em rede, em que as noções de espaço e tempo foram redefinidas, e os discursos se legitimam a partir de relações que se estabelecem também fora das instituições tradicionais, como a família e a escola.

Talvez não se trate exatamente de uma crise de autoridade, mas mais precisamente da dificuldade dessas instituições, entenda-se pais e professores, de entender e se adaptar a essas transformações sociais.

O avanço de certos campos da ciência voltados para o controle de humores e comportamentos, seja através de psicofármacos, seja através de técnicas psicológicas, também contribui para a crença na possibilidade de resolvermos os problemas nas relações humanas, sem precisarmos nos deparar com os difíceis e sempre singulares conflitos intersubjetivos.

Tudo leva a crer que não será a presença de uma câmera em sala de aula que ajudará a resgatar a autoridade dos docentes para administrar os conflitos dos (e com) seus alunos, na medida em que sua função fica esvaziada e a



Foto: Marcos Eiffer / ALRS

Há certa ingenuidade na proposta de vigilância, pois esses mecanismos de controle não se sustentam em seus efeitos.

tarefa de lidar com os conflitos é transferida para um árbitro que vai decidir com base nas imagens. Mas quem é este Outro que vai decidir sobre as relações em sala de aula?

O efeito dessa situação seria a substituição de um Outro significativo, com o qual se exercita a não sempre fácil tarefa de construir uma relação de confiança e colaboração, por um Outro impessoal, que, em sua pretensa objetividade, seria o único detentor da verdade.

Além disso, há certa ingenuidade nessa proposta de vigilância, na medida em que é sabido que esses mecanismos de controle são eficazes por algum tempo, mas não se sustentam em seus efeitos. De fato, nada impede que esses comportamentos aconteçam longe das câmeras, como nos banheiros ou nas calçadas em frente à escola. Sem falar nas diversas modalidades de bullying virtual, cada vez mais frequente.

De qualquer forma, em um ambiente pautado pela desconfiança, não é possível formar adultos críticos e com autonomia.



### Quando é preciso acreditar que é na relação com o outro que nos constituímos...

A escola é um microcosmo da sociedade, onde determinadas normas e valores precisam ser compartilhados e interiorizados para que a criança, ou o adolescente, sinta-se seguro e confiante para poder exercitar sua autonomia.

Nesse contexto, o que se pode esperar não é a ausência de conflitos, mas, sim, que se conviva com as diferenças sem que disso resulte alguma forma de violência, afinal, faz parte de nossa humanidade tanto a generosidade quanto a agressividade, e isso não é bom ou mau – simplesmente é dessa matéria que somos feitos.

Em uma sociedade marcadamente individualista e racionalista como a nossa, as contradições se manifestam a todo momento. A questão com a qual nos deparamos é a de como conciliar liberdade individual com ordenamento social racional.

A racionalidade objetiva reivindica uma universalidade, enquanto a liberdade individual pressupõe a pluralidade das

singularidades. Essa tensão é revivida por cada um de nós, sendo que a passagem do universo familiar para o meio social traz consigo frustrações, que podem gerar inibições, violência, subversões etc.

Um dos efeitos visíveis desse desordenamento é a progressiva judicialização das relações sociais. Cada vez mais, recorre-se a um terceiro para ajudar a dirimir conflitos. A alternativa do Judiciário tem sido investir nas conciliações e restaurações não judiciais, devolvendo às partes a tarefa de construção de relações viáveis.

Neste sentido, é importante que não se perca a percepção de que a forma como nos relacionamos é sempre artesanal, mesmo em tempo de redes sociais. Cada contato é único, e é o seu conjunto que constitui a experiência que nos forma.

No universo escolar, torna-se necessário que pais, professores e alunos suportem e aprendam a lidar com um mundo de relações cada vez menos ordenado. ✕

### Referências bibliográficas

ALUNOS do Colégio Rio Branco protestam contra instalação de câmeras de vigilância e são suspensos. **Veja**, São Paulo, 26 set. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/alunos-do-colegio-rio-branco-protestam-contrainstalacao-de-cameras-de-vigilancia-e-sao-suspensos>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

CÂMERAS em sala de aula do Colégio Boa Viagem causam polêmica. **Jornal do Comércio**, Recife, 11 abr. 2013. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/educacao/noticia/2013/04/11/cameras-em-sala-de-aula-do-colegio-boia-viagem-causam-polemica-79385.php>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

CÂMERAS em salas de aula preocupam docentes. **Adusp**, São Paulo, 14 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/defesa-da-universidade/142-condicoes-de-trabalho/seguranca/1524-cameras-em-salas-de-aula-preocupam-docentes>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

LES CAMÉRAS de surveillance indésirables dans les écoles. **Le Parisien**, Paris, 30 maio 2011. Disponível em: <<http://www.leparisien.fr/faits-divers/les-cameras-de-surveillance-indesirables-dans-les-ecoles-30-05-2011-1472676.php>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

SOMEONE to watch over you. **The Guardian**, Londres, 4 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/education/2009/aug/04/schools-cctv-surveillance>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

VIOLÊNCIA entre alunos obriga Seduc a instalar câmeras em escolas. **Acrítica.com**, Manaus, 13 maio 2013. Disponível em: <[http://acritica.uol.com.br/manaus/manaus-amazonas-amazonia-Seduc-instala-cameras-escola-violencia-professores-alunos-violencia\\_0\\_918508144.html](http://acritica.uol.com.br/manaus/manaus-amazonas-amazonia-Seduc-instala-cameras-escola-violencia-professores-alunos-violencia_0_918508144.html)>. Acesso em: 15 jul. 2013.

## Renato de Oliveira

Sociólogo. Autor de “Éthique Médicale au Brésil: étude sur les rapports entre le débat sur l'éthique professionnelle et la participation politique des médecins brésiliens” (Tese de doutorado, E.H.E.S.S., Paris). Villeneuve d'Asq (França), Presses Universitaires du Septentrion, 1997.

## Luís César Souto de Moura

Médico, mestre em sociologia e doutor em administração. Consultor em gestão de saúde. Autor de “A face reversa da educação médica: um estudo sobre a formação do habitus profissional no ambiente da escola paralela” (Dissertação de mestrado em sociologia, Ufrgs). Porto Alegre, Editora AGE, 2004.

# Importação de médicos: band-aid para fratura exposta<sup>1</sup>

Diversas razões fazem com que alguns países importem médicos. Caso pouco comentado, os EUA – onde uma medicina altamente mercantilizada, na qual a relação médico-paciente é mediada por empresas de seguro, desestimula a formação de médicos clínicos – concentram seu ensino em áreas associadas à pesquisa de ponta enquanto contam com cada vez mais médicos estrangeiros no exercício profissional corrente. Caso mais conhecido, países pobres “importam” médicos via organismos internacionais ou ONG, das quais a “Médicos Sem Fronteiras” é a mais conhecida.

O Brasil parece estar prestes a dar curso a uma nova modalidade: a importação de médicos em decorrência da falta de política para a formação profissional e das incongruências da política de assistência à saúde da população.

## A formação profissional em face das necessidades sociais

A medicina é uma profissão tradicional. Ponto. O peso da tradição e sua influência, mesmo em práticas médicas altamente tecnológicas, ficam evidentes para um observador medianamente atento. A cultura profissional, demarcada por um código de comunicação próprio, um conjunto de valores morais compartilhados, uma estética biologizada, além de cânones técnicos discursivamente inextricáveis do conhecimento científico e de rituais que só fazem sentido dentro do contexto onde se inserem, compõe a estrutura governante das práticas desse grupo social.

Na perspectiva da sociologia das profissões a medicina, como qualquer agente social coletivo, se constitui pela apro-

**Do ponto de vista de uma ética de profissionalismo, um médico, como qualquer profissional, se afirma no mercado por sua competência.**

priação, por um grupo de indivíduos, de um corpo de conhecimentos socialmente construído, apropriação legitimada pela articulação com o arcabouço jurídico-institucional da sociedade. O conhecimento subtraído do conjunto acaba por tornar-se fonte de poder nas relações sociais e um capital nas trocas econômicas.

É a partir dessas dimensões – a tradição que dá forma à cultura profissional, a cultura como estrutura distintiva que apoia e legitima a apropriação do conhecimento resultando numa fonte de poder nada desprezível, e a transfiguração dessa fonte de poder em capital nas trocas econômicas (tradição-cultura-poder-capital) – que deve ser compreendida a formação profissional em medicina. Em outras palavras, os cursos médicos, quando livres de qualquer pressão normativa oriunda de políticas público-estatais, simplesmente reproduzem essas dimensões.

No Brasil, outro elemento é adicionado a esse conservadorismo: uma moral profissional basicamente estamental que dificulta a emergência de uma ética de profissionalismo.

Do ponto de vista de uma ética de profissionalismo, um médico, como qualquer profissional, se afirma no mercado de trabalho por sua competência, e é dessa competência que obtém os retornos materiais, financeiros e de reconhecimento social necessários ao bom desempenho da profissão. É nesta perspectiva que um médico norte-americano ou inglês não vê nenhum problema no fato de um médico latino-americano ou indiano exercer a medicina em seus países, desde que tenha conquistado seu lugar pela competência profissional. Já do ponto de vista de uma moral estamental, é a sociedade que tem obrigação de suprir o profissional dos recursos materiais, financeiros e de status, como reconhecimento da dignidade inerente à profissão. Dentre esses recursos está a preservação de um mercado cativo como “direito” estamental. Assim, a presença de médicos estrangeiros é vista, a priori, como uma afronta à dignidade profissional, isto é, estamental, da corporação nacional.

A moral estamental remonta às sociedades pré-modernas. Sua sobrevivência, na grande maioria das entidades médicas brasileiras, é compreensível à luz da história dessa profissão entre nós, bem como dos elementos pré-modernos que persistem na nossa sociedade. O que interessa aqui é constatar que, ao não definir parâmetros normativos para os cursos médicos em consonância com os parâmetros normativos que, definidos pela Constituinte de 1988, deveriam impe-



Foto: Igor Sperotto / Sinpro-RS

## artigo

Importação de  
médicos: band-aid  
para fratura exposta

rar sobre a política de saúde, o governo dá livre curso à sobrevivência desse arcaísmo.

Boa parte dos cursos de medicina no RS e no Brasil nada mais faz do que reproduzir os modelos tradicionais de formação de médicos. A um olhar mais atento, a relação mestre-discípulo, pedra angular da transmissão de uma ideologia profissional conservadora, está lá, na sala de interpretação de exames de imagem, por exemplo, onde o “mestre”, sentado à frente de uma workstation, ligada por rede wireless a um equipamento de ressonância nuclear magnética (RNM), examina e processa, por meio de softwares dedicados, imagens recebidas por meio de um sistema PACS (*Picture Archiving and Communication System*) diretamente da sala de exames. Ao seu lado está o “discípulo” que o observa, escuta e o criva de perguntas. As respostas do “mestre” usualmente satisfazem a curiosidade do “aprendiz” por si mesmas, sem qualquer escrutínio crítico – é difícil, na formação médica tradicional, distinguir entre a apropriação intelectual de conhecimentos e a pura imitação do “mestre” pelo “aprendiz”.

Os cursos mais reputados e longevos se mantêm assentados nessa tradição e são os guardiões da matriz ideológica da

reprodução profissional. Os cursos mais jovens, dos mais tradicionais derivados, não conseguem romper com o paradigma e se tornam, algumas vezes, nada mais do que reproduções imperfeitas do original. As mudanças e as inovações “revolucionárias” apregoadas pelos novos cursos não costumam constituir-se em mais do que boas intenções, revestimentos “humanistas” e vernizes meritórios. A isso tudo são acrescidas propostas metodológicas “modernas” para dar um cunho “inovador”. Mais do mesmo. De outro jeito.

### Políticas públicas

Como mudar essa orientação? Simples: tendo uma política pública que articule a formação médica com a estrutura institucional de assistência à população. Cursos de medicina, como de quaisquer outros campos profissionais, não são o resultado de determinações naturais: são o resultado de escolhas quanto à orientação a ser adotada. Ora, uma estrutura institucional de assistência médica solidamente estabelecida e sustentada por políticas públicas consistentes, desenhando claramente os contornos da carreira dos futuros médicos, é, por si só, um poderoso fator de determinação das escolhas quanto à orienta-

Foto: SXC.HU



# Não resta a menor dúvida de que a população brasileira é carente de assistência à saúde em geral e médica em particular.

ção a ser seguida na formação médica. Assim, em 1988 (coincidentemente, o ano da promulgação da atual Constituição Federal brasileira e, conseqüentemente, de criação do SUS...) uma Conferência Mundial de Escolas Médicas realizada em Edimburgo, Escócia, aprovou uma série de recomendações sobre a formação médica (WALTON, 1993), dentre as quais o alinhamento da formação médica à política de saúde do país, a adequação do treinamento aos recursos disponíveis para a prática profissional e o ajuste da “produção” de médicos às necessidades do sistema/mercado de trabalho em saúde.

Essas lições, ao que parece, não lograram vencer, no Brasil, as barreiras das estruturas construídas com base no polinômio tradição-cultura-poder-capital. Tampouco sensibilizaram os formuladores das políticas de saúde, que, ao longo do tempo, colecionam muito mais conflitos com a corporação médica do que tentativas de influir positivamente na estrutura institucional de formação de médicos – se é que houve alguma iniciativa nesse sentido no último quarto de século –, estrutura esta que constitui o verdadeiro “núcleo sociológico do problema” (LARSON, 1977).

Desconhecendo o complexo institucional de formação de médicos e relegando a estrutura institucional pública de atenção médico-hospitalar a um estado de semiabandono<sup>2</sup>, o governo argumenta que os médicos brasileiros “recusam-se” a trabalhar nessa estrutura – deixando antever uma tentativa de estigmatização ideológica da medicina brasileira, que, por sua “natureza”, seria insensível ao sofrimento da população. A falácia é

evidente, e tem como único resultado acrescentar um elemento a mais de conflito num campo já minado pela própria incompetência governamental!

Não resta a menor dúvida de que a população brasileira é carente de assistência à saúde em geral e médica em particular. Sétimo PIB mundial e 54º PIB per capita, investindo 8,7% do PIB em saúde, enquanto a média mundial é 11,7%, o Brasil é o 72º país em investimento em saúde por habitante. Desse investimento, mais da metade, 56,4%, é investimento privado, no qual se incluem os planos de saúde ditos complementares e as consultas pagas. É a escassez de investimentos e as distorções no balanço público/privado que constituem a origem das desigualdades. Assim, enquanto tínhamos, em 2011, 4,02 médicos/1.000 habitantes no Distrito Federal, 3,57 no Rio de Janeiro e 2,58 em São Paulo, contávamos 0,68 médicos/1.000 habitantes no Maranhão, 0,83 no Pará e 0,96 no Amapá. Ainda mais significativo, em 2011 o “sistema público”, único recurso de atendimento para 144.098.016 cidadãos, empregava 281.481 médicos – ou seja, 1,95 médicos/1.000 usuários –, enquanto os serviços privados, que atendiam 46.634.678 cidadãos, empregavam 354.536 profissionais, ou seja, 7,60 médicos/1.000 usuários (SCHEFFER; BIANCARELLI; CASSENOTE, 2011).<sup>3</sup>

Isso significa que, responsável pela maior parcela dos recursos investidos, o setor privado também é responsável pela absorção de maior número de profissionais – e, obviamente, é o principal vetor de influência na orientação dos cursos médicos.



Enquanto isso, sobram vagas e faltam médicos justamente nas áreas de maior demanda social: plantonistas e rotineiros nos serviços de emergência hospitalares e UPAs (Unidades de Pronto Atendimento do SUS) e nas unidades de tratamento de pacientes críticos (UTIs); pediatras estão entre os profissionais mais escassos; obstetras já são procurados com lupa. Sobram vagas e faltam médicos nas unidades básicas de saúde dos municípios mais distantes dos grandes centros, onde os recursos disponíveis para o exercício da medicina, além de escassos, sofrem de uma perigosa irregularidade de disponibilidade, mercê da defeituosa gestão da logística e das amarras do processo licitatório das compras públicas – além de, não raro, a estabilidade no cargo depender das vicissitudes políticas locais. Afinal, quem vai querer arriscar sua carreira e reputação profissional trabalhando em condições em que não raras vezes faltam medicamentos básicos, mobiliário adequado e espaço físico suficiente, seguro, limpo, seco ou suficientemente iluminado, onde equipamentos mínimos e instrumentos esterilizados não estão disponíveis, onde não há pessoal de apoio treinado? E, acima de tudo, onde não há garantia de que no tratamento de um caso mais grave ter-se-á o apoio de retaguarda de colegas e serviços médicos especializados? O que é certo é que nenhuma ênfase discursiva de escolas médicas na formação de profissionais para o sistema público motivará seus egressos a enfrentarem essas condições na sua rotina profissional de forma continuada. O natural é que, dadas essas perspectivas, a maioria dos estudantes se encaminhe para especialidades mais promissoras em termos profissionais e econômicos, normalmente melhor exercidas no setor privado.

Assim, não existem “regiões” desassistidas, mas grupos e classes sociais desassistidos: justamente aqueles nos quais o governo não investe o que deveria.

### **O SUS 25 anos depois: nem Sistema, nem Único, nem de Saúde**

As desigualdades acima descritas encabeçam o rol de argumentos que levam à contestação de que o SUS possa ser considerado um sistema. Um sistema é, conceitualmente, uma totalidade que pressupõe articulação, integração e cooperação de partes componentes que interagem para o desempenho de uma função. Também pressupõe um comando centralizado com mecanismos de regulação do tipo feedback. Cada elemento do sistema contribui, em maior ou menor grau, para o resultado funcional da totalidade.

O SUS, com seu modelo conceitual de descentralização da gestão operacional até o nível local, o município, equaliza o município de São Paulo, com seus 12 milhões de habitantes, com qualquer pequeno município ao redor de mil habitantes. Para o SUS, o princípio de descentralização da gestão diz que município é município e ponto final! Ora, uma política pública altamente complexa como é a de saúde, que tem no conhecimento técnico de seus operadores o fundamento de sua produção, implica numa gestão igualmente complexa, que, por óbvio, não pode ser exercida por qualquer pessoa. Ela exige gestores tecnicamente competentes que não estão disponíveis na imensa maioria dos municípios. No entanto, independentemente desse fato objetivo, todos os municípios têm igual responsabilidade na gestão do sistema.

Implicando na inexistência de comando único agregado no nível federal, a descentralização faz com que as distintas esferas de gestão considerem-se “parceiras”, negando a existência de linhas de autoridade entre si. Em consequência, a regulação da prestação de serviços, bem como as avaliações de desempenho das estruturas e de seus operadores, ficam a cargo da autonomia de cada esfera de gestão – obviamente padecendo das deficiências técnicas da imensa maioria. Nem mesmo na esfera municipal existe uma adequada integração das partes componentes do “sistema”. A ideia de solidariedade sistêmica está completamente ausente, e em seu lugar organiza-se uma estratégia de “cada macaco no seu galho”, com cada unidade tratando de arquitetar arranjos para solucionar os “seus problemas”, enquanto o conjunto transfere para o ambiente político providências que deveriam ser sistêmico-funcionais.

Além de não ser um sistema no sentido conceitual do termo, o SUS não é “único”. Há não só uma divisão entre entes públicos e privados de prestação de serviços médicos, cada qual com seus princípios, como há, no próprio setor público, três “sistemas”: um vinculado ao Ministério da Saúde, outro ao Ministério da Educação e um terceiro vinculado ao Ministério da Defesa. Cada um tem suas unidades hospitalares, seus serviços diagnósticos, seus profissionais, seus quadros de carreira e seu sistema de remuneração. Todos diferentes.

Se não temos um “sistema”, que conseqüentemente não é “único”, tampouco o é de “saúde”. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, definiu as bases conceituais e doutrinárias de uma política de saúde que estivesse à altura do pacto político estabelecido pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Não por acaso, a Assembleia incorporou explicitamente aquelas bases quando aprovou o SUS como arcabouço institucional da atenção à saúde dos cidadãos. Tais bases partem de um conceito de saúde que a define como sendo não apenas a ausência de doença, mas “a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde”.<sup>4</sup> Segundo o mesmo relatório,

*o pleno exercício do direito à saúde implica em garantir: trabalho em condições dignas, com amplo conhecimento e controle dos trabalhadores sobre o processo e o ambiente de trabalho; alimentação para todos,*

As inúmeras  
desigualdades  
encabeçam o rol  
de argumentos  
que levam à  
contestação de que  
o SUS possa ser  
considerado um  
sistema.

## artigo

Importação de  
médicos: band-aid  
para fratura exposta

*segundo as suas necessidades; moradia higiênica e digna; educação e informação plenas; qualidade adequada do meio ambiente; transporte seguro e acessível; repouso, lazer e segurança; participação da população na organização, gestão e controle dos serviços e ações de saúde; direito à liberdade, à livre organização e expressão; acesso universal e igualitário aos serviços setoriais em todos os níveis.*<sup>5</sup>

No entanto, na prática dos fatos, não há o entendimento de que compete ao SUS participar de uma política alimentar para frear o avanço da obesidade, por exemplo, ou do desenho de obras de infraestrutura mais seguras para a locomoção e transporte de cargas e passageiros para reduzir os agravos à saúde decorrentes dos acidentes de trânsito. Mas, uma vez o indivíduo obeso ou acidentado, compete ao SUS tomá-lo ao seu encargo como “paciente”.

Nesse mesmo quadro, a influência dos gestores do SUS, tomadas todas as esferas de governo, na política de formação de recursos humanos técnicos para a operação da política de saúde é, como já referido, virtualmente nula. Não há um mecanismo de regulação para a busca de um “equilíbrio interno do sistema” (homeostasia) face às mudanças no ambiente externo, o que também seria característica ontológica de um “sistema”. Os dados sobre as desigualdades na distribuição de médicos não disparam nenhum mecanismo regulador de busca de homeostasia, como deveria ocorrer num “sistema”. Novas faculdades de medicina continuam a ser autorizadas nas regiões de maior concentração profissional, como Sudeste e Sul, tendo como critério obrigatório de autorização a existência de um “hospital-escola”, onde os estudantes, preferencialmente, tenham aulas práticas atuando em equipes de assistência a pacientes críticos, tratados com o uso de ventiladores eletrônicos de apoio à respiração e a monitores multiparamétricos; serão acostumados ao recurso da Ressonância Nuclear Magnética para firmar diagnósticos e terão torres de videocirurgia à disposição nos centros cirúrgicos. Ora, esses jovens, forjados no seio das facilidades tecnológicas, dificilmente se adaptarão ao trabalho

numa unidade de atenção básica de um pequeno município de mil habitantes, ou numa equipe de saúde da família que atue no meio rural, onde o emprego de “meios de fortuna” são regra, não exceção.

### Uma proposta no mínimo infeliz

Nesse contexto, o governo, ao cogitar a importação de médicos estrangeiros para preencher o déficit de profissionais no SUS, confessa a falta de uma política de saúde à altura do que foi aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, o que leva à falta de uma política de formação de médicos. Declara, em suma, sua incompetência.

Em segundo lugar, fragiliza as bases conceituais e os princípios basilares do SUS, como se sua concepção tivesse um caráter intrinsecamente utópico que impedisse sua implementação prática, o que não é verdade. Uma reformulação na sua estrutura de gestão e de definição de níveis de responsabilidade na execução dos serviços, no sentido de transformá-lo em um sistema em sentido pleno, evidenciariam sua capacidade de equacionar os problemas de saúde da população, concretizando assim um dos princípios orientadores da 8ª Conferência Nacional de Saúde e do próprio SUS: “Saúde é Democracia”.

A importação de médicos denota a falta de uma política de saúde e fragiliza as bases conceituais e os princípios basilares do SUS.



Por último e não menos importante, a ideia da importação de médicos estrangeiros parece derivada de uma análise reducionista que trará, na prática, outros problemas que não parecem impressionar os defensores de tal solução, que não tiveram o cuidado de dedicar-se ao exercício intelectual de planejamento e previsão de consequências que transponha o horizonte temporal deste governo. O trabalho clínico, sem o apoio de métodos diagnósticos e de tratamento tecnologicamente sofisticados, fundamenta-se na interação pessoal. Em outras palavras, nas regiões e grupos sociais hoje carentes de médicos e de tecnologia, a assistência à saúde estará calcada na interação entre um médico ou uma médica que não domina o idioma português e um cidadão ou cidadã brasileira que tampouco domina a linguagem culta. Como construir uma ponte comunicativa entre eles/elas, suficientemente eficaz para o entendimento comum do problema e que permita um desfecho clínico favorável, não parece estar no rol de preocupações dos preconizadores dessa medida. Assim, as anedotas que já circulam sobre as previsíveis dificuldades de um médico *hispanohablante* compreender as expressões de um sertojeiro brasileiro podem ser a antecipação de mais um desencontro nas relações médico-paciente no Brasil, provavelmente com trágicas consequências. ❏

## Notas

1. O título deste artigo é uma homenagem aos médicos do Reme (Movimento Renovação Médica), que, nos anos 1970, ousaram denunciar as condições da assistência médico-hospitalar impostas pela ditadura militar, abrindo uma nova perspectiva para a discussão e formulação das políticas de saúde e de formação profissional, articulando-as à luta pela democracia na sociedade brasileira. Ele é inspirado no artigo publicado no jornal do Sindicato Médico do Rio de Janeiro (Jornal do SinMed) em março de 1978 pelo então 1º secretário do Sindicato, Dr. Almir F. Valladares, "Erro médico: band-aid para fratura".
2. Veja-se, entre incontáveis outros testemunhos, <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/06/30/o-dia-em-que-dilma-cuspiu-no-rostro-de-370-000-medicos-brasileiros-501742.asp>.
3. Não deixa de ser significativo que estes dados provenham de uma pesquisa realizada pela própria corporação médica, e não dos órgãos governamentais de planejamento, execução e controle da política de saúde – que certamente não os possuem...
4. Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde. TEMA 1 – Saúde como Direito, item 1.
5. Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde. TEMA 1 – Saúde como Direito, item 5.

## Referências bibliográficas

- LARSON, Magali S. **The rise of professionalism: a sociological analysis**. Berkeley, EUA: University of California Press, 1977.
- OITAVA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, Brasília. **Relatório final**. [S.l.: s.n.], 1986. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio\\_8.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf). Acesso em: 30 jul. 2013.
- SCHEFFER, Mário; BIANCARELLI, Aureliano; CASSENTE, Alex. (Coord.). **Demografia médica no Brasil: dados gerais e descrições de desigualdades**. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo e Conselho Federal de Medicina, 2011. Disponível em: [http://www.cremesp.org.br/pdfs/demografia\\_2\\_dezembro.pdf](http://www.cremesp.org.br/pdfs/demografia_2_dezembro.pdf). Acesso em: 30 jul. 2013.
- WALTON H. **Medical education world wide: a global strategy for medical education**. Medical Education, v. 27, p. 394-8, 1993.

Valdir Graniel Kinn  
Mestre em ética e filosofia política.  
Cândida de Oliveira  
Mestra em jornalismo.

# Novos movimentos sociais e os desafios à representação política e sindical

**A**s manifestações massivas que vem ocorrendo recentemente em várias cidades do Brasil e do mundo recolocam na pauta de debates e reflexões os processos políticos e estruturas democráticas institucionais que vêm sendo solapados pelas profundas transformações que ocorrem desde o final do século passado no âmbito das organizações sociais e movimentos políticos. Os séculos 20 e 21 têm sido caracterizados por vários estudiosos como o tempo das movimentações de massa, das ações das multidões, da organização das ações coletivas e dos movimentos sociais (PRADO, 2006). As motivações para essas reorganizações e acontecimentos derivam do fato de que a modernidade deu passos fundamentais para a construção do pilar de regulação, mas não cumpriu a promessa de cidadania e alargamento dos direitos que a impulsionaram, deixando inacabado o baluarte da emancipação (CORREIA, 2007).

Vivemos num período de crise, de “deterioração do cotidiano” (KUJAWSKI, 1991), e consequente ruptura com a unidade que integra o indivíduo na comunidade e dá continuidade à vida. Trata-se de uma crise presente em tudo, sendo coextensiva à vida do homem em todo o planeta, o que explica o aumen-

to das reivindicações sociais. Não está limitada ao campo político, econômico, da ciência, da moral ou religião, pois é uma crise dos próprios fundamentos da vida humana, de tudo que envolve o dia a dia, provocando um sentimento de degradação do sentido da vida.

*A quebra do cotidiano significa nossa ruptura com o contorno, abreviatura do mundo, aquela porção de mundo que alcançamos de imediato; envolve, portanto, nossa radical discrepância com o mundo, nosso estranhamento das coisas, acompanhado da sensação de estarmos perdidos entre elas, desamparados e ao relento. Desta sensação cósmica de extravio e de estranhamento decorre o argumento central de toda verdadeira crise (KUJAWSKI, 1991, p. 35-36).*

Essa crise, que é global, constitui-se como alavanca aos processos de desintegração cultural e de desarticulação das relações político-sociais tradicionais que marcaram e estruturaram o modelo de organização social na modernidade. Um sentimento de ruptura generalizada e um mal-estar que é expresso como a recusa de tudo que está aí impulsionam a participação massiva, evidenciando a insatisfação generaliza-

Foto: Igor Sperotto / Simpro-RS





**Um sentimento de ruptura e um mal-estar impulsionam a participação massiva, evidenciando a insatisfação generalizada.**

da das pessoas em vários países do mundo com relação a vários aspectos da vida social.

Em vista disso, nos últimos três anos, centenas de milhares de pessoas, revoltadas com as mazelas de sociedades injustas e grupos políticos não democráticos, saíram às ruas constituindo eventos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe (Tunísia, Grécia, Israel, Líbia, Turquia), Movimento dos Indignados (Espanha) e *Occupy Wall Street* (Estados Unidos), entre outros movimentos menores, para protestar contra ações antidemocráticas que comprometem, cada vez mais, a soberania das sociedades, a efetividade dos direitos humanos e a justiça econômica e social. No Brasil, as manifestações em massa se iniciaram com objetivos específicos – protestar contra o aumento das tarifas de transporte público urbano – e foram convocadas por alguns movimentos bem identificados, como o Movimento Passe Livre, em São Paulo, e o Bloco de Lutas, em Porto Alegre. Mas à medida que as manifestações se estenderam a várias cidades, ampliou-se o espectro: começaram a protestar contra o péssimo serviço nas áreas de transporte público, saúde e educação, a corrupção na política, a impunidade, os gastos excessivos com a Copa do Mundo, entre outros motivos, revelando o sentimento de indignação e as insatisfações difusas e generalizadas.

De acordo com Manuel Castells (2012), essas rebeliões multifacetadas são emocionais: elas mostram que as pessoas estão perdendo o medo através da revolta e indignação com problemas que, embora globais, são vividos no local. Pode parecer que começam com um fato qualquer, mas se transformam em conflagrações capazes de provocar desorientações dos líderes institucionalizados e abalar a credibilidade de governos. Para o autor, esses fatos geram indignação e funcionam como uma faísca da insatisfação que se tornou insuportável e que existe em vários setores. Então, quando as pessoas percebem que muitas outras pensam o mesmo fora do âmbito institucional, elas se unem numa reação coletiva, indicando todos os motivos que geram insatisfação. Esses motivos se referem à percepção das pessoas sobre a forma como são tratadas pela sociedade em geral e, principalmente, pela parcela representada através de instituições políticas.

#### **Redes sociais**

Outra característica é a horizontalidade das manifestações, que são organizadas e reagrupadas de forma ágil, por uma juventude que aposta na flexibilidade das redes sociais para lutar contra um poder estatal verticalizado e rígido. Por isso, elas parecem ser anárquicas e organizadas simultaneamente



(LIMA, 2013). As ações desses novos movimentos sociais podem ser caracterizadas como um ativismo social que, por ser mais espontâneo do que organizado, demanda novas posturas de organizações políticas tradicionais. Além disso, ao buscar crescimento e consolidação através das redes sociais e de outras ferramentas da internet, o ativismo constrói um espaço original de visibilidade aos novos movimentos sociais, um espaço que se materializa e se constitui virtual ao mesmo tempo (VIZER, 2007).

É inegável o potencial que as redes sociais têm, hoje, para impulsionar os protestos espontâneos que eclodem em várias cidades do mundo. O Facebook, mais precisamente, tem servido como ferramenta de contato entre os participantes, e de organização de novas manifestações. Na visão de Castells (2012), as redes são espaços de autonomia fora do controle de governos e organizações privadas, que, ao longo da história, monopolizaram os canais de comunicação, fazendo-os alicerces de seu poder. No contexto atual, os cidadãos possuem um instrumento próprio de informação, auto-organização e automobilização que antes não existia, de modo que qualquer um pode ser articulador e organizador de fluxos comunicacionais que atingem os outros e o mundo rapidamente.

Associadas às tecnologias móveis, as redes estão a constituir uma nova mídia que amplia, em grande medida, as possibilidades de surgimento de novas formas de

organização política e muitos outros tipos de ação coletiva, que podem se configurar em multidões convocadas por meio do ativismo espontâneo em situações críticas. Howard Rheingold, citado por Eduardo Vizer (2007), teorizou sobre as transformações do mundo e a reinvenção da política não por meio dos líderes estabelecidos e das forças tradicionais, mas sim pela ação de grupo de “jovens realizadores”, que buscam a construção de novos espaços para as causas comuns. Conectados à internet, e ancorados no ativismo, esses jovens são os criadores dos novos movimentos do século 21. Por meio de projetos democráticos e métodos provocativos, os agrupamentos contemporâneos confrontam as forças estabelecidas de nossa sociedade. Essas mobilizações coletivas são chamadas por Rheingold de “multidões inteligentes”, que, no entanto, possuem um potencial transformador tanto para o bem quanto para o mal.

### Espaços públicos

É evidente, porém, que a evolução digital e das tecnologias móveis estão a permitir uma reconfiguração e ampliação do espaço público de uma forma jamais vista antes, possibilitando aos novos movimentos sociais ocupar o espaço físico, urbano, expressando seus posicionamentos e desejos de mudança. É nas ruas e praças que, hoje, o corpo social fragmentado e anarquizado de

# A crise de legitimidade das instituições representativas, em especial os partidos, não é exclusiva da democracia brasileira.

uma sociedade manifesta-se embandeirado com reivindicações das mais diversas. Desse modo, as redes oferecem à sociedade a possibilidade de debater e intervir no espaço público sem depender de organizações ou instituições políticas. É preciso lembrar, contudo, conforme explica Castells (2012), que os novos movimentos sociais nascem na internet porque este é um espaço de difusão rápida, mas eles não são essencialmente digitais: eles só passam a existir de fato quando tomam as ruas e praças, tornando-se mais visíveis. O autor acrescenta que esses movimentos não buscam a mudança política no sentido tradicional do termo, a não ser em países em ditadura. Eles buscam mudanças políticas no sentido amplo por entenderem que o sistema atual não os representa. Eles não se opõem à democracia, mas à perversão que existe dentro dela, e expõem repulsa à prática política, na qual políticos se apropriam da representação e não prestam contas em nenhum momento de seus atos à sociedade. A questão fundamental é que os cidadãos, em sua grande maioria, não se sentem representados pelas tradicionais instituições democráticas.

A crise de legitimidade das instituições representativas de uma maneira geral, especialmente em relação aos partidos políticos, não é exclusividade da democracia brasileira. Em vários países, essa nova modalidade de manifestação social, que começa na internet e vai às ruas, que encontra forças no tom apertado e no caráter

inorgânico, demonstra, sobretudo, um sinal de esgotamento e de descrença nas instituições de representação democráticas. Especialmente no Brasil, ressalta-se que há um déficit na representação política do Parlamento, acrescido da exclusão histórica de vozes no debate público e a consequente corrupção da opinião pública pela grande mídia (LIMA, 2013). Na análise de Wanderley G. dos Santos (2013), “as classes C e D têm uma representação majoritária na sociedade com diversos sindicatos, órgãos etc., mas são minoritárias na representação parlamentar de seus interesses”. Isso mostra que, apesar de serem essas classes as mais interessadas na preservação de políticas sociais redistributivas, elas têm menos capacidade de articulação no âmbito das instituições políticas tradicionais da democracia representativa contemporânea. Por outro lado, ao que parece, a política exercida pelas organizações sociais e entidades sindicais ainda é insuficiente no que diz respeito a resultados efetivos em benefício dessas classes e categorias de trabalhadores.

## Poder de mobilização

Visualiza-se que, em contraste com o fenômeno das manifestações massivas, os movimentos sociais organizados e institucionalizados, especialmente os sindicatos, têm encontrado dificuldades para conseguir mobilizar os seus representados/categorias no sentido de participa-

# O afastamento das atividades sindicais denota a formação de uma cultura desenraizada da institucionalidade política.

rem efetivamente das atividades, lutas e manifestações sociopolíticas. No caso do movimento sindical, essa não participação dos trabalhadores é sentida, muito especialmente, no processo como um todo de campanha salarial, verificando-se um desgaste num modelo de representação sindical que segue o modelo de verticalização e que, há poucos anos, ainda possuía forças de mobilização e negociação em prol de seus representados.

Ricardo Antunes (2005) postula que grande parte das dificuldades e desafios que os sindicatos enfrentam atualmente deve-se ao fato de que defendem propostas trabalhistas que confrontam de modo explícito as imposições do mercado e do sistema econômico-capitalista. Ao mesmo tempo em que institucionalizam atos e manifestações sindicais em prol dos trabalhadores, o mercado abre espaço contra a regulação dos direitos do trabalho, resultando num ataque direto a direitos consolidados. Além disso, segundo o pesquisador, os sindicatos precisam compreender que existe uma nova “morfologia do trabalho”, na qual as organizações e empresas são estruturadas em redes e de forma flexível, abrangendo não apenas o operariado industrial, rural e de serviços, mas também um enorme contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, *part-time*, que exercem trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho criadas pela sociedade capitalista moderna. Nesse

cenário, as entidades sindicais são desafiadas a representar todos os trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho. Os sindicatos de classe precisam, assim, ser contemporâneos. Por isso, devem considerar novas formas de atuação política para que possam representar as novas classes de trabalhadores e as novas relações de trabalho.

## Perfil contraditório

No que concerne aos trabalhadores em educação, constata-se uma tendência de afastamento dos mesmos de atividades sindicais que exigem uma participação mais efetiva, o que já denota o crescimento de uma formação e de uma cultura desenraizada da institucionalidade política, portanto despolitizada e supostamente desideologizada. No âmbito dos professores, em especial na educação superior, há uma preocupação quase que exclusiva com a formação e produção acadêmica em função da exigência de pontuação em nível de Currículo Lattes, sem necessariamente uma vinculação ética de relevância social e política. Além disso, não é incomum encontrarmos professores participando e se mostrando favoráveis às grandes manifestações de rua sem, no entanto, ter participado das atividades de mobilização e discussão das pautas de reivindicação de suas entidades representativas. Isso é revelador das contradições do perfil desses trabalhadores e cidadãos contemporâneos.



Foto: Antonio Cruz / Afp

Também são visíveis as contradições nas manifestações massivas, não apenas no Brasil, como em vários lugares do mundo: o tom apartidário e as bandeiras mais abstratas deram força aos movimentos num primeiro momento, mas resultaram em inúmeras dificuldades (como a violência de alguns manifestantes e também da polícia) à medida que os protestos se expandiram, deixando um vácuo e enfraquecendo os movimentos pela falta de lideranças e de referenciais mais sólidos de representação política e social. Todavia, é cedo para apontar conclusões sobre esses movimentos e suas consequências, até porque são ainda acontecimentos em curso. Se, por um lado, as multidões não constroem, nem procuram construir, organização, permanência, compromissos fortes e estáveis (VIZER, 2007), de outro, são patentes as provocações que elas têm suscitado sobre o paradigma tradicional de representação e organização política. Nesse sentido, é imprescindível considerar a organização complexa e os processos de deliberação que são desenvolvidos pelos novos movimentos sociais, nos quais parece haver uma horizontalidade da comunicação, constante autorreflexividade, e uma parti-

cipação motivada, sobretudo, pelo sentimento de estar juntos para poder falar e partir para a ação.

Nessa perspectiva, Castells (2012) vê nos novos movimentos sociais uma experiência vivida que estabelece outras formas de relação humana e de participação política capazes de provocar uma mudança irreversível na sociedade. Nesses processos de lutas e reivindicações é que novos valores surgem, novas visões de mundo emergem, ratificando o papel fundamental dos movimentos sociais. E, se o sistema político vigente está encerrado em si mesmo e a separação entre política e sociedade está conduzindo a um suicídio institucional, como declara Castells, precisamos de formas democráticas ainda inimagináveis, mas que, de certa forma, estão sendo experimentadas por esses movimentos. Precisamos estar atentos para as reconfigurações dos “novíssimos movimentos sociais” (SANTOS; AVRITZER, 2002) que podem surgir a partir das manifestações massivas.

### **Democratização da democracia**

Para atender aos anseios de uma sociedade, especialmente dos jovens e dos trabalhadores, que buscam outras

# Os novos movimentos sociais demandam formas de representação para além de partidos ou organizações institucionalizadas.

formas de organização social e política que possa lhes assegurar condições de vida dignas, no presente e no futuro, é preciso uma democratização da democracia, no sentido de se ampliar o modelo democrático, tal como tematizam Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer (2002), tornando-o um sistema de fato participativo. E os novos movimentos sociais de conexão global têm papel fundamental nesse processo, porque eles exigem mais do que mudanças políticas; eles demandam uma transformação cultural e novas formas de representação que não se limitem a partidos ou organizações institucionalizadas.

Seguindo esse raciocínio, é preciso compreender a realidade contemporânea transcendendo o modelo clássico de análise da realidade que no mundo moderno tem as ciências empíricas como referência constitutiva. É necessário, sobretudo, buscar o desenvolvimento de um “pensamento complexo” (MORIN, 2000), que percebe o conhecimento como sistêmico e multidimensional, que não reduz a realidade à linearidade dos fatos e acontecimentos em sentido restrito ou midiático. ❧

Foto: Marcelo Camargo / Abr



## Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignation y esperanza**: los movimientos sociales en la era de internet. Traducción: María Hernández. Madrid: Alianza, 2012.

LIMA, Venício A. de. Mídia e crise de representação, tudo a ver. **Observatório da Imprensa**, n. 752, 25 jun. 2013. Disponível em: <[http://www.observatoriadaimprensa.com.br/news/view/\\_ed752\\_midia\\_e\\_crise\\_de\\_representacao\\_tudo\\_a\\_ver](http://www.observatoriadaimprensa.com.br/news/view/_ed752_midia_e_crise_de_representacao_tudo_a_ver)>. Acesso em: jul. 2013.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Orgs). **Para navegar no século 21**: tecnologias do imaginário e cibercultura. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000. P. 19-42.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Entrevista a Christian Lynch. **Insight Inteligência**, p. 24-34, fev.-mar. 2013. Disponível em: <<http://www.insightinteligencia.com.br/60/PDFs/pdf1.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

VIZER, Eduardo A. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo (Orgs). **Mídia e movimentos sociais**: linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2007. p. 23-52.

CORREIA, João Carlos. Novos movimentos sociais e transformações no modelo de análise das mídias. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo (Orgs). **Mídia e movimentos sociais**: linguagens e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2007. p. 53-85.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **A crise do século XX**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

PRADO, Marco Aurélio. Máximo. Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spindola (Orgs). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.193-212.

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ENSAIOS

- **Os artigos técnico-científicos deverão versar sobre o professor** e o mundo da escola privada, a institucionalidade educacional e sua dinâmica política e gerencial.
- **Os ensaios deverão versar sobre pesquisa científica realizada** por professores, em diferentes áreas da ciência.
- **No caso de artigos técnico-científicos, os originais deverão ter** um mínimo de 4 páginas (7 mil caracteres) e no máximo 6 páginas (12 mil caracteres).
- **No caso de ensaios científicos, os originais deverão ter no** mínimo 8 páginas (22.200 caracteres) e no máximo 12 páginas (28.800 caracteres).
- **O texto deverá ser precedido do título, do nome e da titulação** principal do autor, um resumo de aproximadamente 8 linhas, compreendendo os conceitos e as conclusões principais do artigo e palavras-chave do texto.
- **Ao texto deverá ser anexada ficha, incluindo telefone, e-mail,** endereço e um currículo abreviado do autor.
- **As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do** artigo e obedecerão à ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR-6023 da ABNT.
- **A citação (NB-896), no corpo do texto, deverá aparecer entre** aspas, sugerindo-se o nome do autor ou autores, data da publicação e o número da página referenciada entre parênteses, separados por vírgula.
- **Eventuais gráficos, tabelas e outros elementos gráficos** podem constar no texto para referência, mas as artes originais devem ser enviadas em separado e nos formatos em que foram geradas.
- **Os trabalhos enviados serão apreciados pela Comissão** Editorial e por especialistas. O autor receberá comunicação relativa aos pareceres emitidos.
- **A Revista Textual permite-se fazer pequenas alterações no** texto: no caso de modificações substanciais, elas serão sugeridas ao autor, que providenciará a devida revisão.
- **A Revista Textual não se responsabiliza pelos conceitos** emitidos em matéria assinada a que dê publicação.
- **Os ensaios e artigos devem ser enviados** por e-mail ([textual@sinprors.org.br](mailto:textual@sinprors.org.br)) no formato .doc gerados a partir do editor de texto Microsoft Word ou equivalente.
- **Os direitos autorais dos artigos ficam reservados ao Sindicato** dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, condicionando-se sua reprodução integral à autorização expressa e as citações eventuais à obrigatoriedade de citação da autoria e da Revista Textual.
- **Em princípio, não são aceitas colaborações que já tenham sido** publicadas em outras revistas brasileiras ou estrangeiras.
- **Fotos que acompanham artigos ou ensaios devem ser** fornecidas com tamanho mínimo de 21 cm de largura com resolução de 300 dpi.

[www.sinprors.org.br/textual](http://www.sinprors.org.br/textual)